



Relatório de Assessoria de Imprensa
Período: 04/02/2021 a 05/02/2021



Índice**Portal Acontece | RN**

FECOMÉRCIO RN / SESC / SENAC / DEL / MESA BRASIL/ MARCELO QUEIROZ / LUIZ LACERDA / FERNANDO VIRGÍLIO / RANIERY PIMENTA

Presidente Marcelo Queiroz apresenta trabalho desenvolvido pelo Sistema Fecomércio RN à nova gestão de Macaíba

Notícias - 03/02/2021 5

Senadinho Macaíba | RN

FECOMÉRCIO RN / SESC / SENAC / DEL / MESA BRASIL/ MARCELO QUEIROZ / LUIZ LACERDA / FERNANDO VIRGÍLIO / RANIERY PIMENTA

Presidente Marcelo Queiroz apresenta trabalho desenvolvido pelo Sistema Fecomércio RN à nova gestão de Macaíba

Notícias - 03/02/2021 5

Blog do FM | RN

FECOMÉRCIO RN / SESC / SENAC / DEL / MESA BRASIL/ MARCELO QUEIROZ / LUIZ LACERDA / FERNANDO VIRGÍLIO / RANIERY PIMENTA

Presidente Marcelo Queiroz apresenta trabalho desenvolvido pelo Sistema Fecomércio RN à nova gestão de Macaíba

Notícias - 03/02/2021 5

Tribuna de Notícias | RN

FECOMÉRCIO RN / SESC / SENAC / DEL / MESA BRASIL/ MARCELO QUEIROZ / LUIZ LACERDA / FERNANDO VIRGÍLIO / RANIERY PIMENTA

Presidente Marcelo Queiroz apresenta trabalho desenvolvido pelo Sistema Fecomércio RN à nova gestão de Macaíba

Notícias - 03/02/2021 5

Tribuna de Notícias | RN

FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ

Governo discute regulamentação para a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa

Notícias - 03/02/2021 9

Senadinho Macaíba

FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ / SENAC BARREIRA ROXA

Setor produtivo discute Lei Geral da Micro e Pequena Empresa com Governadora Fátima Bezerra

Notícias - 03/02/2021 10

Política em Foco | RN

FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ

Governo discute regulamentação para a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa

Notícias - 03/02/2021 11

Marcos Dantas | RN

FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ

Governo discute regulamentação para a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa

Notícias - 03/02/2021 11

Blog de Assis | RN

FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ

Governo discute regulamentação para a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa

Notícias - 03/02/2021 11

Mossoró Hoje | RN

FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ

Governo discute regulamentação para a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa

Notícias - 03/02/2021

11

Rede News 360 | RN

FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ

Governo discute regulamentação para a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa

Notícias - 03/02/2021

11

Fator RRH | RN**Federação esclarece como será o funcionamento do comércio durante o carnaval**

Notícias - 04/02/2021

14

Tribuna do Norte | RN**Ao contrário de outros estados, RN não cogita fechamento de atividades comerciais**

Notícias - 04/02/2021

17

Tribuna do Norte | RN**Trabalhando não pode ser demitido por se recusar a tomar vacina, diz advogada**

Notícias - 04/02/2021

18

Tribuna do Norte | RN**Caern abre campanha de negociação de débitos de 2021**

Notícias - 04/02/2021

18

Tribuna do Norte | RN**Hotel Tambaú é comprado pelo grupo A.Gaspar por R\$ 40,6 milhões e terá a marca 'Ocean Palace'**

Notícias - 04/02/2021

16

Tribuna do Norte | RN**Auxílio acaba e poupança registra saque recorde de R\$ 18,154 bilhões**

Notícias - 04/02/2021

16

Tribuna do Norte | RN

FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ

Lojas no Rio Grande do Norte deverão abrir durante o carnaval para reduzir prejuízos

Notícias - 04/02/2021

16

Tribuna do Norte | RN**As dicas de Jeanine Pires**

Notícias - 04/02/2021

16

Folha de São Paulo | DF**Brasil deve R\$ 10,1 bi a organismos mundiais, mas só reserva R\$ 2,2 bi**

Notícias - 04/02/2021

20

Folha de São Paulo | DF**Novo comando do Congresso quer aprovar reforma tributária**

Notícias - 04/02/2021

20

Folha de São Paulo | SP**Bancos fecham mais de 1.500 agências e pontos de atendimento em 2020**

Notícias - 04/02/2021

20



Estadão | DF

Tributária sai em até 8 meses, dizem Lira e Pacheco

Notícias - 04/02/2021

24

Estadão | DF

Estados querem uma reforma ampla e que inclua também ICMS

Notícias - 04/02/2021

24

Estadão | DF

Produção de carros aumenta, mas setor vê movimento com cautela

Notícias - 04/02/2021

24

Estadão | DF

'Se for preciso, vamos renegociar mais créditos. Não tem problema nenhum'

Notícias - 04/02/2021

24

O Globo | DF

Fim do auxílio afeta vendas de supermercados

Notícias - 03/02/2021

34

O Globo | DF

Guedes admite recriar auxílio emergencial, com ajuste nas contas

Notícias - 03/02/2021

34

RELATÓRIO

É destaque no clipping de hoje que lojas no Rio Grande do Norte deverão abrir durante o carnaval para reduzir prejuízos. A matéria do jornal Tribuna do Norte revela, na página 24 do clipping, que a abertura será facultativa durante o feriadão e que cada lojista vai avaliar, a depender do local onde está seu estabelecimento e do ramo em que atua, e optar, ou não, pela abertura. O presidente do Sistema Fecomércio/RN, Marcelo Queiroz, declarou que a medida é fundamental para evitar uma situação ainda mais delicada para o segmento, que estaria forçado a fechar as portas nessa data.

O Tribuna do Norte destaca que, apesar da crise sanitária, neste momento, o RN não cogita novo fechamento das atividades comerciais. Nos últimos dias, estados como Ceará e São Paulo adotaram restrições severas com relação à circulação e desenvolvimento de atividades econômicas. O secretário de Saúde do estado, Cipriano Maia, declarou que a partir dos números, o RN encontra-se em uma situação platô, o que representa estabilização em número alto. No entanto, o titular da Sesap ressaltou que há reuniões semanais do Comitê Científico do estado para avaliar o andamento da pandemia, e que não foi identificada a necessidade de novas restrições. Saiba mais na página 18 do clipping.

Os jornais Estadão e Folha de São Paulo destacam, nas páginas 32 e 30, respectivamente, que a reforma tributária está prevista para acontecer até outubro deste ano. A declaração é dos novos presidentes da Câmara e do Senado, Arthur Lira e Rodrigo Pacheco, que definiram um cronograma para votação da proposta. A comissão mista da proposta deve finalizar o relatório até o fim de fevereiro e analisa, essencialmente, as propostas definidas por congressistas, deixando o plano tributário do ministro Paulo Guedes (Economia) à margem da discussão.

O Jornal O Globo destaca que o fim do auxílio emergencial têm afetado vendas de supermercado e que foi registrado valor recorde nos saques na caderneta de poupança. Analistas preveem um primeiro trimestre de queda no varejo e freio na atividade econômica do país com o fim do benefício. A indústria também já sente o impacto. Ao divulgar seu balanço anual de 2020, a Unilever, multinacional de higiene, limpeza e alimentos, informou que seu resultado foi afetado no quarto trimestre pela queda do auxílio. Saiba mais na página 36 do clipping.



Imagens dos Clippings (a seguir)

Veículo: Portal Acontece RN - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 04/02/21 - **Cidade/UF:** Mossoró / RN

Título: Presidente Marcelo Queiroz apresenta trabalho desenvolvido pelo Sistema Fecomércio RN à nova gestão de Macaíba

Link: <http://portalacontecern.com.br/site/noticia/presidente-marcelo-queiroz-apresenta-trabalho-desenvolvido-pelo-sistema-fecomercio-rn-nova-gestao-de-macaiba>

Presidente Marcelo Queiroz apresenta trabalho desenvolvido pelo Sistema Fecomércio RN à nova gestão de Macaíba

O Sesc está em Macaíba desde 1993, e atualmente tem quase 200 alunos matriculados nas turmas de educação infantil, ensino fundamental e outras atividades educacionais. Oferece a modalidade Esportes kids para crianças de 4 a 10 anos, e na clínica OdontoSesc, realiza mais de 3.500 consultas por ano.

04 de Fevereiro de 2021 - 17:30hs



O presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, apresentou, na quarta-feira (03), ao prefeito de Macaíba, Emídio Júnior, o trabalho desenvolvido pela Fecomércio, Sesc e Senac no estado. Acompanharam o presidente, o vice-presidente da Fecomércio e presidente do Sindcomércio Macaíba, Luiz Lacerda, o diretor Regional do Sesc, Fernando Virgílio, e do Senac, Raniery Pimenta.

"Alguns municípios têm uma nova gestão no Executivo, como é o caso de Macaíba. Então provocamos essa reunião com o prefeito e alguns dos seus secretários para mostrar o trabalho desenvolvido pelo Sistema Fecomércio na cidade, que conta com uma entidade patronal filiada à Fecomércio, uma unidade do Sesc e ações desenvolvidas pelo Senac", disse Marcelo Queiroz.

O Sesc está em Macaíba desde 1993, e atualmente tem quase 200 alunos matriculados nas turmas de educação infantil, ensino fundamental e outras atividades educacionais. Oferece a modalidade Esportes Kids para crianças de 4 a 10 anos, e na clínica OdontoSesc, realiza mais de 3.500 consultas por ano.

O município também foi beneficiado com ações do Mesa Brasil; do Programa de Comprometimento e Gratuidade do Sesc, com entrega de kits escolares e cestas básicas para cerca de 200 alunos. Já o Senac promove cursos variados de capacitação profissional.

Durante o encontro, também foi apresentado o Programa Rede de Desenvolvimento Econômico Local – DEL, pelo técnico do Senac Marcelo Milito. Atualmente o DEL é aplicado em três cidades do Rio Grande do Norte voltado para o turismo, e pode ser adotado para o desenvolvimento de outras atividades econômicas. "O Del em Macaíba seria aplicado atendendo os potenciais econômicos da cidade", completou Milito.

O vice-presidente da Fecomércio e presidente do Sindcomércio, Luiz Lacerda, reforçou que o trabalho do DEL envolve os atores da cidade interessados no crescimento da mesma. "Temos que preparar Macaíba e os macaibenses para o mercado de trabalho, para o empreendedorismo, e isso o Sistema Fecomércio pode oferecer. Somos parceiros da prefeitura", garantiu o dirigente.

O prefeito de Macaíba, Emídio Júnior, disse que a cidade é a bola da vez do desenvolvimento e está em busca de parceiros para auxiliar este processo. "Temos vontade e interesse que a cidade se desenvolva, e estamos de portas abertas para a Fecomércio, o Sesc e o Senac, para trabalhar em conjunto. Um trabalho em que todos ganham", afirmou.

Participaram também os secretários de Desenvolvimento Econômico, Auri Símplicio; de Administração, Sócrates Júnior, e o presidente da CDL Macaíba, Izaias de Souza.

Veículo: Senadinho Macaíba - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 04/02/21 - **Cidade/UF:** RN

Título: Presidente Marcelo Queiroz apresenta trabalho desenvolvido pelo Sistema Fecomércio RN à nova gestão de Macaíba

Link: <https://senadinhomacaiba.com.br/presidente-marcelo-queiroz-apresenta-trabalho-de-senvolvido-pelo-sistema-fecomercio-rn-a-nova-gestao-de-macaiba>

Presidente Marcelo Queiroz apresenta trabalho desenvolvido pelo Sistema Fecomércio RN à nova gestão de Macaíba

fevereiro 4, 2021 | Administrador | 0 comentários | macaíba



O presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, apresentou, na quarta-feira (03), ao prefeito de Macaíba, Emídio Júnior, o trabalho desenvolvido pela Fecomércio, Sesc e Senac no estado. Acompanharam o presidente, o vice-presidente da Fecomércio e presidente do Sindcomércio Macaíba, Luiz Lacerda; o diretor Regional do Sesc, Fernando Virgílio; e do Senac, Raniery Pimenta.

“Alguns municípios têm uma nova gestão no Executivo, como é o caso de Macaíba. Então provocamos essa reunião com o prefeito e alguns dos seus secretários para mostrar o trabalho desenvolvido pelo Sistema Fecomércio na cidade, que conta com uma entidade patronal filiada à Fecomércio, uma unidade do Sesc e ações desenvolvidas pelo Senac”, disse Marcelo Queiroz.

O Sesc está em Macaíba desde 1993, e atualmente tem quase 200 alunos matriculados nas turmas de educação infantil, ensino fundamental e outras atividades educacionais. Oferece a modalidade Esportes kids para crianças de 4 a 10 anos, e na clínica OdontoSesc, realiza mais de 3.500 consultas por ano.

O município também foi beneficiado com ações do Mesa Brasil; do Programa de Comprometimento e Gratuidade do Sesc, com entrega de kits escolares e cestas básicas para cerca de 200 alunos. Já o Senac promove cursos variados de capacitação profissional.

Durante o encontro, também foi apresentado o Programa Rede de Desenvolvimento Econômico Local – DEL, pelo técnico do Senac Marcelo Milto. Atualmente o DEL é aplicado em três cidades do Rio Grande do Norte voltado para o turismo, e pode ser adotado para o desenvolvimento de outras atividades econômicas. “O Del em Macaíba seria aplicado atendendo os potenciais econômicos da cidade”, completou Milto.

O vice-presidente da Fecomércio e presidente do Sindcomércio, Luiz Lacerda, reforçou que o trabalho do DEL envolve os atores da cidade interessados no crescimento da mesma. “Temos que preparar Macaíba e os macaibenses para o mercado de trabalho, para o empreendedorismo, e isso o Sistema Fecomércio pode oferecer. Somos parceiros da prefeitura”, garantiu o dirigente.

O prefeito de Macaíba, Emídio Júnior, disse que a cidade é a bola da vez do desenvolvimento e está em busca de parceiros para auxiliar este processo. “Temos vontade e interesse que a cidade se desenvolva, e estamos de portas abertas para a Fecomércio, o Sesc e o Senac, para trabalhar em conjunto. Um trabalho em que todos ganham”, afirmou.

Participaram também os secretários de Desenvolvimento Econômico, Auri Simpício; de Administração, Sócrates Junior; e o presidente da CDL Macaíba, Izaías de Souza.

Fecomércio RN

Veículo: Blog do FM - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 04/02/21 - **Cidade/UF:** RN

Título: Presidente Marcelo Queiroz apresenta trabalho desenvolvido pelo Sistema Fecomércio RN à nova gestão de Macaíba

Link: <https://blog.flaviomarinho.com.br/presidente-marcelo-queiroz-apresenta-trabalho-desenvolvido-pelo-sistema-fecomercio-rn-a-nova-gestao-de-macaiba>

Presidente Marcelo Queiroz apresenta trabalho desenvolvido pelo Sistema Fecomércio RN à nova gestão de Macaíba

4 de fevereiro de 2021 às 14:15 • Comentar

DURANTE O ENCONTRO, TAMBÉM FOI APRESENTADO O PROGRAMA REDE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL - DEL. FOTO: DIVULGAÇÃO

O presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, apresentou, na quarta-feira (03), ao prefeito de Macaíba, Emídio Júnior, o trabalho desenvolvido pela Fecomércio, Sesc e Senac no estado. Acompanharam o presidente, o vice-presidente da Fecomércio e presidente do Sindcomércio Macaíba, Luiz Lacerda, o diretor Regional do Sesc, Fernando Virgílio, e do Senac, Raniery Pimenta.

“Alguns municípios têm uma nova gestão no Executivo, como é o caso de Macaíba. Então provocamos essa reunião com o prefeito e alguns dos seus secretários para mostrar o trabalho desenvolvido pelo Sistema Fecomércio na cidade, que conta com uma entidade patronal filiada à Fecomércio, uma unidade do Sesc e ações desenvolvidas pelo Senac”, disse Marcelo Queiroz.

O Sesc está em Macaíba desde 1993, e atualmente tem quase 200 alunos matriculados nas turmas de educação infantil, ensino fundamental e outras atividades educacionais. Oferece a modalidade Esportes Lúdicos para crianças de 4 a 10 anos, e na clínica OdontoSesc, realiza mais de 3.500 consultas por ano.

O município também foi beneficiado com ações do Mesa Brasil, do Programa de Comprometimento e Gratuidade do Sesc, com entrega de kits escolares e cestas básicas para cerca de 200 alunos. Já o Senac promove cursos variados de capacitação profissional.

Durante o encontro, também foi apresentado o Programa Rede de Desenvolvimento Econômico Local - DEL, pelo técnico do Senac Marcelo Milito. Atualmente o DEL é aplicado em três cidades do Rio Grande do Norte voltado para o turismo, e pode ser adotado para o desenvolvimento de outras atividades econômicas. “O Del em Macaíba seria aplicado atendendo os potenciais econômicos da cidade”, completou Milito.

O vice-presidente da Fecomércio e presidente do Sindcomércio, Luiz Lacerda, reforçou que o trabalho do DEL envolve os atores da cidade interessados no crescimento da mesma. “Temos que preparar Macaíba e os macaibenses para o mercado de trabalho, para o empreendedorismo, e isso o Sistema Fecomércio pode oferecer. Somos parceiros da prefeitura”, garantiu o dirigente.

O prefeito de Macaíba, Emídio Júnior, disse que a cidade é a bola da vez do desenvolvimento e está em busca de parceiros para auxiliar este processo. “Temos vontade e interesse que a cidade se desenvolva, e estamos de portas abertas para a Fecomércio, o Sesc e o Senac, para trabalhar em conjunto. Um trabalho em que todos ganham”, afirmou.

Participaram também os secretários de Desenvolvimento Econômico, Auri Simplicio; de Administração, Sócrates Júnior; e o presidente da CDLMacaíba, Izaias de Souza.

Veículo: TRIBUNA DE NOTÍCIAS - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 04/02/21

Título: Presidente Marcelo Queiroz apresenta trabalho desenvolvido pelo Sistema Fecomércio RN à nova gestão de Macaíba

Link: <http://www.tribunadenoticias.com.br/2021/02/presidente-marcelo-queiroz-apresenta.html>

PRESIDENTE MARCELO QUEIROZ APRESENTA TRABALHO DESENVOLVIDO PELO SISTEMA FECOMÉRCIO RN À NOVA GESTÃO DE MACAÍBA

04 Fevereiro



O presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, apresentou, na quarta-feira (03), ao prefeito de Macaíba, Emídio Júnior, o trabalho desenvolvido pela Fecomércio, Sesc e Senac no estado. Acompanharam o presidente, o vice-presidente da Fecomércio e presidente do Sindcomércio Macaíba, Luiz Lacerda; o diretor Regional do Sesc, Fernando Virgílio; e do Senac, Raniery Pimenta.

"Alguns municípios têm uma nova gestão no Executivo, como é o caso de Macaíba. Então provocamos essa reunião com o prefeito e alguns dos seus secretários para mostrar o trabalho desenvolvido pelo Sistema Fecomércio na cidade, que conta com uma entidade patronal filiada à Fecomércio, uma unidade do Sesc e ações desenvolvidas pelo Senac", disse Marcelo Queiroz.

O Sesc está em Macaíba desde 1993, e atualmente tem quase 200 alunos matriculados nas turmas de educação infantil, ensino fundamental e outras atividades educacionais. Oferece a modalidade Esportes kids para crianças de 4 a 10 anos, e na clínica OdontoSesc, realiza mais de 3.500 consultas por ano.

O município também foi beneficiado com ações do Mesa Brasil; do Programa de Comprometimento e Gratuidade do Sesc, com entrega de kits escolares e cestas básicas para cerca de 200 alunos. Já o Senac promove cursos variados de capacitação profissional.

Durante o encontro, também foi apresentado o Programa Rede de Desenvolvimento Econômico Local – DEL, pelo técnico do Senac Marcelo Milito. Atualmente o DEL é aplicado em três cidades do Rio Grande do Norte voltado para o turismo, e pode ser adotado para o desenvolvimento de outras atividades econômicas. "O Del em Macaíba seria aplicado atendendo os potenciais econômicos da cidade", completou Milito.

O vice-presidente da Fecomércio e presidente do Sindcomércio, Luiz Lacerda, reforçou que o trabalho do DEL envolve os atores da cidade interessados no crescimento da mesma. "Temos que preparar Macaíba e os macaibenses para o mercado de trabalho, para o empreendedorismo, e isso o Sistema Fecomércio pode oferecer. Somos parceiros da prefeitura", garantiu o dirigente.

O prefeito de Macaíba, Emídio Júnior, disse que a cidade é a bola da vez do desenvolvimento e está em busca de parceiros para auxiliar este processo. "Temos vontade e interesse que a cidade se desenvolva, e estamos de portas abertas para a Fecomércio, o Sesc e o Senac, para trabalhar em conjunto. Um trabalho em que todos ganham", afirmou.

Participaram também os secretários de Desenvolvimento Econômico, Auri Simpício; de Administração, Sócrates Júnior; e o presidente da CDL Macaíba, Izaías de Souza.

Veículo: TRIBUNA DE NOTÍCIAS - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 04/02/21

Título: Governo discute regulamentação para a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa

Link: <http://www.tribunadenoticias.com.br/2021/02/governo-discute-regulamentacao-para-lei.html>

GOVERNO DISCUTE REGULAMENTAÇÃO PARA A LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

04 Fevereiro



Foram tratadas propostas de melhorias ao texto sancionado em outubro do ano passado, após aprovação unânime na Assembleia Legislativa.

A governadora, professora Fátima Bezerra, se reuniu com entidades do setor produtivo do Rio Grande do Norte, nesta quinta-feira (4), para conversar sobre a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa no RN. Após 13 anos, o Rio Grande do Norte tem legislação para um setor que reúne mais de 200 mil empresas e visa criar políticas de desenvolvimento e incentivos, simplificar e fortalecer o setor com compras governamentais, estimulando o crédito e a inovação.

Na ocasião, foram tratadas alterações ao texto sancionado em outubro do ano passado, após aprovação unânime na Assembleia Legislativa. "Temos um diálogo muito transparente com o setor empresarial, com divergências, que são naturais, mas, com convergências também", afirmou a chefe do Executivo estadual.

Fátima destacou ainda a sensibilidade do Governo às questões técnicas do processo. "Quero louvar todo o movimento que foi feito com a categoria e toda a discussão de nossa área técnica. Confio na capacidade profissional de cada um e este é um governo pé no chão. Essa é uma Lei que mexe com a vida das pessoas, por isso é preciso uma análise bem apurada", disse.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (Fiern), Amaro Sales, sugeriu a revisão de eventuais legislações. "A construção está sendo feita aqui. Podemos avançar e fortalecer o Estado", frisou. Secretário-chefe do Gabinete Civil, Raimundo Alves reforçou que pontos de divergência são naturais e que, seguramente, o Governo do Estado estudará eventuais alterações na legislação vigente, a fim de gerar um ambiente de equilíbrio para o poder público e a iniciativa privada.

Jaime Calado, secretário do Desenvolvimento Econômico, também afirmou o compromisso da pasta em seguir com as tratativas a fim de efetivar a Lei. "Teremos que ter muitas reuniões, muito trabalho e paciência, mas, vamos tirar de letra", afirmou.

Ao final do encontro, o presidente do Sistema Fecomércio do RN, Marcelo Queiroz, disse que "a conversa foi muito boa e proveitosa. Chegaremos a um denominador comum".

Também compareceram à reunião: o superintendente do Sebrae, Zeca Melo; o presidente da Facern, Itamar Maciel; o presidente da Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado (Faern), José Álvares Vieira; o presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas (FCDL), Afrânio Miranda, e o secretário estadual de Tributação, Carlos Eduardo.

FIQUE POR DENTRO:

Governadora sanciona Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no RN - <http://www.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=243294&ACT=&PAGE=&PARM=&LBL=Materia>

Governo aprova na Assembleia lei que beneficia 200 mil empresas potiguares - <http://www.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=243294&ACT=&PAGE=&PARM=&LBL=Materia>



Veículo: Senadinho Macaíba - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 04/02/21 - **Cidade/UF:** RN
Título: Setor produtivo discute Lei Geral da Micro e Pequena Empresa com Governadora Fátima Bezerra
Link: <https://senadinhomacaiba.com.br/setor-produtivo-discute-lei-geral-da-micro-e-pequena-empresa-com-governadora-fatima-bezerra>

Rio Grande do Norte

Setor produtivo discute Lei Geral da Micro e Pequena Empresa com Governadora Fátima Bezerra

fevereiro 4, 2021 Administrador 0 comentários



O presidente da Fecomércio RN e do Conselho Deliberativo do Sebrae RN, **Marcelo Queiroz**, participou na manhã desta quinta-feira, 4, de uma reunião com a governadora Fátima Bezerra, no **Hotel-Escola Senac Barreira Roxa**, para discutir alguns pontos da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa no RN. Também participaram do encontro os presidentes da Fiem, Amaro Sales; da Faern, José Álvares Vieira; da FCDL, Afânio Miranda; da Facem, Itamar Maciel; e o superintendente do Sebrae, Zeca Melo.

Na reunião, os representantes do setor produtivo trataram de alterações ao texto da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa no RN, que foi sancionada em outubro de 2020 e cria um ambiente mais saudável ao funcionamento das cerca de 200 mil empresas do segmento, e contempla, entre outras coisas, políticas de desenvolvimento e incentivos, simplificação e fortalecimento do setor com compras governamentais, estimulando o crédito e a inovação.

“A lei é muito importante para o setor e as equipes técnicas das entidades empresariais identificaram alguns pontos que ainda causam alguns entraves. Então nós sugerimos à governadora algumas pequenas alterações, que quando forem feitas poderão melhorar ainda mais o funcionamento dos negócios”, afirmou o presidente da **Fecomércio RN, Marcelo Queiroz**.

A governadora Fátima destacou a sensibilidade do Governo às questões técnicas do processo. “Quero louvar todo o movimento que foi feito com a categoria e toda a discussão de nossa área técnica. Confio na capacidade profissional de cada um e este é um governo pé no chão. Essa é uma Lei que mexe com a vida das pessoas, por isso é preciso uma análise bem apurada”, disse. “Temos um diálogo muito transparente com o setor empresarial, com divergências, que são naturais, mas, com convergências também”, afirmou a chefe do Executivo estadual.

O secretário-chefe do Gabinete Civil, Raimundo Alves, reforçou que pontos de divergência são naturais e que, seguramente, o Governo do Estado estudará eventuais alterações na legislação vigente, a fim de gerar um ambiente de equilíbrio para o poder público e a iniciativa privada.

Ao final do encontro, o presidente do Sistema Fecomércio do RN, **Marcelo Queiroz**, disse que “a conversa foi muito boa e proveitosa. Chegaremos a um denominador comum”.

Também compareceram à reunião os secretários estaduais de Tributação, Carlos Eduardo Xavier; e o de Desenvolvimento Econômico, Jaime Calado.

Com informações da assessoria de Comunicação do Governo do RN

Veículo: Política em Foco - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 04/02/21 - **Cidade/UF:** RN
Título: Governo discute regulamentação para a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa
Link: <http://politicaemfoco.com/governo-discute-regulamentacao-para-a-lei-geral-da-micro-e-pequena-empresa>

Governo discute regulamentação para a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa

A governadora, professora Fátima Bezerra, se reuniu com entidades do setor produtivo do Rio Grande do Norte, nesta quinta-feira (4), para conversar sobre a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa no RN. Após 13 anos, o Rio Grande do Norte tem legislação para um setor que reúne mais de 200 mil empresas e visa criar políticas de desenvolvimento e incentivos, simplificar e fortalecer o setor com compras governamentais, estimulando o crédito e a inovação.

Na ocasião, foram tratadas alterações ao texto sancionado em outubro do ano passado, após aprovação unânime na Assembleia Legislativa. "Temos um diálogo muito transparente com o setor empresarial, com divergências, que são naturais, mas, com convergências também", afirmou a chefe do Executivo estadual.

Fátima destacou ainda a sensibilidade do Governo às questões técnicas do processo: "Quero louvar todo o movimento que foi feito com a categoria e toda a discussão de nossa área técnica. Confio na capacidade profissional de cada um e este é um governo pé no chão. Essa é uma Lei que mexe com a vida das pessoas, por isso é preciso uma análise bem apurada", disse.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (Fiern), Amaro Sales, sugeriu a revisão de eventuais legislações. "A construção está sendo feita aqui. Podemos avançar e fortalecer o Estado", frisou. Secretário-chefe do Gabinete Civil, Raimundo Alves reforçou que pontos de divergência são naturais e que, seguramente, o Governo do Estado estudará eventuais alterações na legislação vigente, a fim de gerar um ambiente de equilíbrio para o poder público e a iniciativa privada.

Jaime Calado, secretário do Desenvolvimento Econômico, também afirmou o compromisso da pasta em seguir com as tratativas a fim de efetivar a Lei. "Teremos que ter muitas reuniões, muito trabalho e paciência, mas, vamos tirar de letra", afirmou.

Ao final do encontro, o presidente do [Sistema Fecomércio do RN](#), [Marcelo Queiroz](#), disse que "a conversa foi muito boa e proveitosa. Chegaremos a um denominador comum".

Também compareceram à reunião: o superintendente do Sebrae, Zeca Melo; o presidente da Facern, Itamar Maciel; o presidente da Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado (Faern), José Álvares Vieira; o presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas (FCDL), Afrânio Miranda, e o secretário estadual de Tributação, Carlos Eduardo.

Veículo: Marcos Dantas - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 04/02/21 - **Cidade/UF:** RN
Título: Governo discute regulamentação para a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa
Link: <https://marcosdantas.com/governo-discute-regulamentacao-para-a-lei-geral-da-micro-e-pequena-empresa>

04 de fevereiro de 2021

Governo discute regulamentação para a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa

A governadora, professora Fátima Bezerra, se reuniu com entidades do setor produtivo do Rio Grande do Norte, nesta quinta-feira (4), para conversar sobre a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa no RN. Após 13 anos, o Rio Grande do Norte tem legislação para um setor que reúne mais de 200 mil empresas e visa criar políticas de desenvolvimento e incentivos, simplificar e fortalecer o setor com compras governamentais, estimulando o crédito e a inovação.

Na ocasião, foram tratadas alterações ao texto sancionado em outubro do ano passado, após aprovação unânime na Assembleia Legislativa. "Temos um diálogo muito transparente com o setor empresarial, com divergências, que são naturais, mas, com convergências também", afirmou a chefe do Executivo estadual.

Fátima destacou ainda a sensibilidade do Governo às questões técnicas do processo. "Quero louvar todo o movimento que foi feito com a categoria e toda a discussão de nossa área técnica. Confio na capacidade profissional de cada um e este é um governo pé no chão. Essa é uma Lei que mexe com a vida das pessoas, por isso é preciso uma análise bem apurada", disse.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (Fiern), Amaro Sales, sugeriu a revisão de eventuais legislações. "A construção está sendo feita aqui. Podemos avançar e fortalecer o Estado", frisou. Secretário-chefe do Gabinete Civil, Raimundo Alves reforçou que pontos de divergência são naturais e que, seguramente, o Governo do Estado estudará eventuais alterações na legislação vigente, a fim de gerar um ambiente de equilíbrio para o poder público e a iniciativa privada.

Jaime Calado, secretário do Desenvolvimento Econômico, também afirmou o compromisso da pasta em seguir com as tratativas a fim de efetivar a Lei. "Teremos que ter muitas reuniões, muito trabalho e paciência, mas, vamos tirar de letra", afirmou.

Ao final do encontro, o presidente do Sistema Fecomércio do RN, Marcelo Queiroz, disse que "a conversa foi muito boa e proveitosa. Chegaremos a um denominador comum".

Também compareceram à reunião: o superintendente do Sebrae, Zeca Melo; o presidente da Facern, Itamar Maciel; o presidente da Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado (Faern), José Álvares Vieira; o presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas (FCDL), Afrânio Miranda, e o secretário estadual de Tributação, Carlos Eduardo.

Veículo: Blog de Assis - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 04/02/21 - **Cidade/UF:** João Câmara / RN
Título: FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ Governo discute regulamentação para a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa Notícias - 03/02/2021
Link: <https://blogdeassis.com.br/economia/governo-discute-regulamentacao-para-a-lei-geral-da-micro-e-pequena-empresa/205735>

Governo discute regulamentação para a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa

Foram tratadas propostas de melhorias ao texto sancionado em outubro do ano passado, após aprovação unânime na Assembleia Legislativa.



A governadora, professora Fátima Bezerra, se reuniu com entidades do setor produtivo do Rio Grande do Norte, nesta quinta-feira (4), para conversar sobre a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa no RN. Após 13 anos, o Rio Grande do Norte tem legislação para um setor que reúne mais de 200 mil empresas e visa criar políticas de desenvolvimento e incentivos, simplificar e fortalecer o setor com compras governamentais, estimulando o crédito e a inovação.

Na ocasião, foram tratadas alterações ao texto sancionado em outubro do ano passado, após aprovação unânime na Assembleia Legislativa. "Temos um diálogo muito transparente com o setor empresarial, com divergências, que são naturais, mas, com convergências também", afirmou a chefe do Executivo estadual.

Fátima destacou ainda a sensibilidade do Governo às questões técnicas do processo. "Quero louvar todo o movimento que foi feito com a categoria e toda a discussão de nossa área técnica. Confio na capacidade profissional de cada um e este é um governo pé no chão. Essa é uma Lei que mexe com a vida das pessoas, por isso é preciso uma análise bem apurada", disse.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (Fiem), Amaro Sales, sugeriu a revisão de eventuais legislações. "A construção está sendo feita aqui. Podemos avançar e fortalecer o Estado", frisou. Secretário-chefe do Gabinete CMI, Raimundo Alves reforçou que pontos de divergência são naturais e que, seguramente, o Governo do Estado estudará eventuais alterações na legislação vigente, a fim de gerar um ambiente de equilíbrio para o poder público e a iniciativa privada.

Jaime Calado, secretário do Desenvolvimento Econômico, também afirmou o compromisso da pasta em seguir com as tratativas a fim de efetivar a Lei. "Teremos que ter muitas reuniões, muito trabalho e paciência, mas, vamos tirar de letra", afirmou.

Ao final do encontro, o presidente do Sistema Fecomércio do RN, Marcelo Queiroz, disse que "a conversa foi muito boa e proveitosa. Chegaremos a um denominador comum".

Também compareceram à reunião: o superintendente do Sebrae, Zeca Melo; o presidente da Facem, Itamar Maciel; o presidente da Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado (Faem), José Álvares Vieira; o presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas (FCDL), Afrânio Miranda, e o secretário estadual de Tributação, Carlos Eduardo.

Veículo: Mossoró Hoje - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 04/02/21 - **Cidade/UF:** Mossoró / RN
Título: Governo discute regulamentação para a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa
Link: <https://mossorohoje.com.br/noticias/35122-governo-e-entidade-discutem-regulamentacao-da-lei-geral-da-micro-e-pequena-empresa>

ESTADO

04/02/2021 15:09

Atualizado

04/02/2021 15:11

Governo e entidade discutem regulamentação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa



A+ A- ⓘ

Em reunião realizada nesta quinta-feira (4), foram tratadas propostas de melhorias ao texto sancionado em outubro do ano passado, após aprovação unânime na Assembleia Legislativa. Após 13 anos, o Rio Grande do Norte tem legislação para um setor que reúne mais de 200 mil empresas e visa criar políticas de desenvolvimento e incentivos, simplificar e fortalecer o setor com compras governamentais, estimulando o crédito e a inovação.



Governo e entidade discutem regulamentação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Em reunião realizada nesta quinta-feira (4), foram tratadas propostas de melhorias ao texto sancionado em outubro do ano passado, após aprovação unânime na Assembleia Legislativa. Após 13 anos, o Rio Grande do Norte tem legislação para um setor que reúne mais de 200 mil empresas e visa criar políticas de desenvolvimento e incentivos, simplificar e fortalecer o setor com empresas governamentais, estimulando o crédito e a inovação.

FOTO: ELISA KLSIE



A governadora Fátima Bezerra se reuniu com entidades do setor produtivo do Rio Grande do Norte, nesta quinta-feira (4), para conversar sobre a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa no RN.

Após 13 anos, o Rio Grande do Norte tem legislação para um setor que reúne mais de 200 mil empresas e visa criar políticas de desenvolvimento e incentivos, simplificar e fortalecer o setor com compras governamentais, estimulando o crédito e a inovação.

Na ocasião, foram tratadas alterações ao texto sancionado em outubro do ano passado, após aprovação unânime na Assembleia Legislativa.

"Temos um diálogo muito transparente com o setor empresarial, com divergências, que são naturais, mas, com convergências também", afirmou a chefe do Executivo estadual.

Veja mais:

Fátima sanciona Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no RN

Lei que cria políticas de desenvolvimento e incentivos tributários para Micro e Pequenas Empresas é aprovada pela ALRN

Fátima destacou ainda a sensibilidade do Governo às questões técnicas do processo. "Quero louvar todo o movimento que foi feito com a categoria e toda a discussão de nossa área técnica. Confio na capacidade profissional de cada um e este é um governo pé no chão. Essa é uma Lei que mexe com a vida das pessoas, por isso é preciso uma análise bem apurada", disse.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (Fiem), Amaro Sales, sugeriu a revisão de eventuais legislações. "A construção está sendo feita aqui. Podemos avançar e fortalecer o Estado", frisou.

O Secretário-chefe do Gabinete Civil, Raimundo Alves reforçou que pontos de divergência são naturais e que, seguramente, o Governo do Estado estudará eventuais alterações na legislação vigente, a fim de gerar um ambiente de equilíbrio para o poder público e a iniciativa privada.

Jaime Calado, secretário do Desenvolvimento Econômico, também afirmou o compromisso da pasta em seguir com as tratativas a fim de efetivar a Lei. "Teremos que ter muitas reuniões, muito trabalho e paciência, mas, vamos tirar de letra", afirmou.

Ao final do encontro, o presidente do Sistema Fecomércio do RN, Marcelo Queiroz, disse que "a conversa foi muito boa e proveitosa. Chegaremos a um denominador comum".

Também compareceram à reunião: o superintendente do Sebrae, Zeca Melo; o presidente da Facern, Itamar Maciel; o presidente da Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado (Faern), José Álvares Vieira; o presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas (FCDL), Afrânio Miranda, e o secretário estadual de Tributação, Carlos Eduardo.

Veículo: Rede News 360 - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 04/02/21 - **Cidade/UF:** RN
Título: Governo discute regulamentação para a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa
Link: <https://redenews360.com.br/2021/02/governo-discute-regulamentacao-para-a-lei-geral-da-micro-e-pequena-empresa>

GOVERNO DISCUTE REGULAMENTAÇÃO PARA A LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

Foram tratadas propostas de melhorias ao texto sancionado em outubro do ano passado, após aprovação unânime na Assembleia Legislativa.



IMAGEM: ELISA ELSIE



A governadora, professora Fátima Bezerra, se reuniu com entidades do setor produtivo do Rio Grande do Norte, nesta quinta-feira (4), para conversar sobre a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa no RN. Após 13 anos, o Rio Grande do Norte tem legislação para um setor que reúne mais de 200 mil empresas e visa criar políticas de desenvolvimento e incentivo, simplificar e fortalecer o setor com compras governamentais, estimulando o crédito e a inovação.

Na ocasião, foram tratadas alterações ao texto sancionado em outubro do ano passado, após aprovação unânime na Assembleia Legislativa. “Temos um diálogo muito transparente com o setor empresarial, com divergências, que são naturais, mas, com convergências também”, afirmou a chefe do Executivo estadual.



Fátima destacou ainda a sensibilidade do Governo às questões técnicas do processo. “Quero louvar todo o movimento que foi feito com a categoria e toda a discussão de nossa área técnica. Confio na capacidade profissional de cada um e este é um governo pé no chão. Essa é uma Lei que mexe com a vida das pessoas, por isso é preciso uma análise bem apurada”, disse.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (Fiem), Amaro Sales, sugeriu a revisão de eventuais legislações. “A construção está sendo feita aqui. Podemos avançar e fortalecer o Estado”, frisou. Secretário-chefe do Gabinete Civil, Raimundo Alves reforçou que pontos de divergência são naturais e que, seguramente, o Governo do Estado estudará eventuais alterações na legislação vigente, a fim de gerar um ambiente de equilíbrio para o poder público e a iniciativa privada.

Jaime Calado, secretário do Desenvolvimento Econômico, também afirmou o compromisso da pasta em seguir com as tratativas a fim de efetivar a Lei. “Teremos que ter muitas reuniões, muito trabalho e paciência, mas, vamos tirar de letra”, afirmou.

Ao final do encontro, o presidente do Sistema Fecomércio do RN, Marcelo Queiroz, disse que “a conversa foi muito boa e proveitosa. Chegaremos a um denominador comum”.

Também compareceram à reunião: o superintendente do Sebrae, Zeca Melo; o presidente da Facern, Itamar Maciel; o presidente da Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado (Fapern), José Álvares Vieira; o presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas (FCDL), Afrânio Miranda, e o secretário estadual de Tributação, Carlos Eduardo.



FOTOS: ELISA ELSIE

Veículo: Fator Rrh - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 04/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Federação esclarece como será o funcionamento do comércio durante o carnaval
Link: <https://fatorrrh.com.br/2021/02/04/federacao-esclarece-como-sera-o-funcionamento-do-comercio-durante-o-carnaval>

CARNAVAL 04/02/2021 @ 18:25

Federação esclarece como será o funcionamento do comércio durante o carnaval

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio Grande do Norte – Fecomércio RN (Fecomércio RN) emitiu uma nota pública nesta quinta feira orientando como será o funcionamento do comércio durante o período de carnaval.



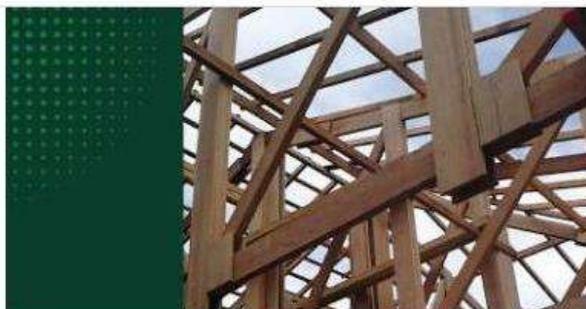
A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio Grande do Norte – Fecomércio RN (Fecomércio RN) emitiu uma nota pública nesta quinta feira orientando como será o funcionamento do comércio durante o período de carnaval.

Leiam a nota da Fecomércio:

“A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio Grande do Norte – Fecomércio RN, considerando o expressivo volume de consultas e questionamentos recebidos acerca do funcionamento do comércio durante o período de carnaval deste ano de 2021, visando dirimir as dúvidas acerca da questão, emite a presente Nota Técnica de Esclarecimento, nos seguintes termos:

Os dias reservados aos festejos do carnaval não são considerados feriados, nada obstante a tradição ter criado essa cultura, inclusive como marco religioso antecedente à Quaresma.

A Lei no 9.093/95 estabelece que serão feriados somente aqueles declarados em lei federal, estadual ou municipal, não havendo, em relação ao carnaval, legislação nesse sentido.



Telhados Pré-Fabricados

A segunda-feira, a terça-feira de carnaval e a quarta-feira de cinzas eram considerados dias facultativos para o funcionamento da máquina pública estadual, que neste ano de 2021, em decorrência da pandemia da COVID-19, o Governo do Estado RN decretou que haverá expediente normal nas repartições públicas (Decreto no 30.369, de 1o de fevereiro de 2021).

Além disso, o “dia do comerciante”, que tradicionalmente era comemorado em 30 de outubro, foi objeto de negociação coletiva de trabalho pelo SINDILOJAS/RN há alguns anos, tendo sido antecipado para a segunda-feira de carnaval de cada ano. Entretanto, neste ano de 2021, considerando a pandemia e o novo decreto do Governo do Estado, o SINDILOJAS/RN e o Sindicato laboral dos comerciantes celebraram Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho vigente (data-base no dia 1o de abril), para autorizar o funcionamento facultativo do comércio no dia destinado aos comerciantes, mas com pagamento de adicional de 100% sobre as horas trabalhadas e mediante adoção de alguns procedimentos administrativos;

A Convenção Coletiva de Trabalho e o Termo Aditivo referenciados, celebrados pelo SINDILOJAS/RN, são aplicados em todo o Estado do Rio Grande do Norte, exceto:

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 04/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Ao contrário de outros estados, RN não cogita fechamento de atividades comerciais
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/ao-contra-rio-de-outros-estados-rn-na-o-cogita-novo-fechamento-de-atividades-comerciais/502094>

Ao contrário de outros estados, RN não cogita novo fechamento de atividades comerciais

Publicação: 2021-02-04 10:06:00

Nos últimos dias, pessoas que residem no Ceará e São Paulo, além do próprio Amazonas, tiveram restrições severas com relação à circulação e desenvolvimento de atividades comerciais, devido à situação da pandemia do novo coronavírus. Apesar da crise sanitária em outros estados, a situação da pandemia no Rio Grande do Norte não enseja, neste momento, a suspensão de mais atividades comerciais. É o que afirma o secretário de Saúde do estado, Cipriano Maia.

Créditos: Alex Régis



RN não cogita novo fechamento de atividades comerciais, neste momento

saiba mais

■ MP cobra informações sobre oxigênio e RN garante que não corre risco de desabastecimento

Em entrevista ao Jornal da Manhã, da Jovem Pan News Natal, nesta quinta-feira (4), Cipriano Maia explicou que o Rio Grande do Norte tem uma taxa de ocupação de leitos "suportável", na faixa dos 60%, e que está em uma situação de "platô" com relação à pandemia, com o número de casos diários sem apresentar queda. O titular da Sesap ressaltou que há reuniões semanais do Comitê Científico do estado para avaliar o andamento da pandemia, mas não foi identificado, neste momento, a necessidade de novas restrições.

"Hoje, a partir dos números que temos, temos uma situação de platô, estabilização em número alto. Queremos que esse platô se reduza. Havia tendência de declínio, mas houve crescimento em novembro, em janeiro nas duas primeiras semanas, com 5 mil casos por semana, e agora temos observado novo declínio. Queremos fazer a onda decair. Temos uma taxa suportável (leitos críticos ocupados), mas não é o desejável", disse Cipriano Maia.

Atualmente, o Rio Grande do Norte segue com restrições para o funcionamento de diversas atividades, mas a maior parte relacionada à obrigatoriedade da utilização de máscaras, manutenção de distanciamento social e higienização das mãos. Por outro lado, o Ceará determinou que qualquer atividade econômica não essencial em Fortaleza só poderá funcionar até as 20h nos próximos 15 dias, além de obrigar que restaurantes, barracas de praia e outros estabelecimentos de alimentação fora do lar só poderão funcionar até as 15h nos fins de semana, inclusive em shoppings centers. Para Cipriano Maia, a população do Rio Grande do Norte deve ficar alerta.

"A questão é: a nova variante vão trazer aumento de transmissibilidade? Esse é o alerta. Por isso que todos nós temos chamado a atenção à vigilância, o Governo suspendeu festas de Carnaval, para que possamos manter a atividade (comercial) como ela vem funcionando. Para não virmos a ter surpresas desagradáveis com uma disparada", explicou o secretário.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 04/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Trabalhando não pode ser demitido por se recusar a tomar vacina, diz advogada
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/trabalhador-na-o-pode-ser-demitido-por-se-recusar-a-tomar-vacina-diz-advogada/502096>

Trabalhador não pode ser demitido por se recusar a tomar vacina, diz advogada

Publish date: 2021-02-04 10:02:00

A vacinação contra a Covid-19, grande esperança por dias melhores durante a pandemia, também é considerada como elemento fundamental para a retomada econômica no Brasil. E, por isso, o imunizante deve ser peça-chave na política das empresas para manterem sua mão de obra em segurança e até mesmo expandir seus serviços. Nesse cenário, o trabalhador que decidir não tomar a vacina pode ser demitido? A advogada Adriana Navas Mayer, mestre em Direito do Trabalho e doutoranda em Direito Público pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e especialista em Direito do Trabalho pela Hentz Advocacia esclarece.

Créditos: Alex Régis



Recusa a vacina não pode ser justificativa para demissão

Com o posicionamento do STF recentemente, através do julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 6.586 e 6.587 e do Agravo em Recurso Extraordinário (ARE) 1.267.879, que considerou constitucional a obrigatoriedade da vacina contra a Covid, o tema foi polemizado no Brasil. Embora a Lei nº 13.979/20 preveja que as autoridades poderão determinar a vacinação compulsória desde que cumpridos alguns requisitos, e apesar das recentes decisões do STF acima referidas, ainda não há nenhuma legislação obrigando a vacinação da Covid-19 até o momento.

"A recusa da vacina pelo empregado, para alguns especialistas do direito laboral, é motivo de demissão por justa causa, mas não coaduna com tal entendimento, por não haver 'ainda' qualquer previsão legal em nosso ordenamento jurídico que permita tal demissão. No mesmo sentido, entendemos que nada justifica a demissão sem justa causa por ausência ou recusa de vacinação, por entender ser motivo de dispensa discriminatória que, por certo, obrigará o empregador a readmitir o empregado, tendo em vista a violação dos princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana", explica a advogada.

"Enquanto não houver previsão na CLT sobre a recusa da vacina pelo empregado, a ser inserido no rol taxativo do artigo 482 da CLT, não é possível a demissão por justa causa nem a discriminatória sem justa causa, se comprovada. Entendemos que mesmo com a decisão do STF pela obrigatoriedade da vacina e da necessidade de urgência perante toda uma coletividade e uma macabra pandemia que assola o Brasil e o mundo, desde o início de 2020, deve-se zelar pela coerência, o bom senso e o respeito ao ordenamento jurídico vigente".

De acordo com Mayer, é de competência do Poder legislativo acelerar a aprovação e publicação da lei, a buscar estabelecer a obrigatoriedade da vacina pelo empregado, e em caso de recusa injustificada, determinar quais serão as punições legais ao empregado, dispostas em lei. Do outro lado da relação, o empregador também deve estar resguardado, com toda segurança jurídica, baseado na legislação trabalhista. Assim, poderá tomar suas decisões, tranquilamente, perante a recusa injustificada do trabalhador ao tomar a vacina, quando disponível, bem como no momento da contratação poder o empregador exigir, como condição de admissão, o atestado de vacina contra a Covid.

"Ainda é cedo admitir que o empregador possa exigir o comprovante da vacina do candidato. O melhor e mais equilibrado juízo é aguardar a vacina ser fornecida para toda a população, bem como a lei dispor sobre a obrigatoriedade, para sendo o caso, o empregador incluir esta exigência na contratação. Consideramos temerária a dispensa do empregado pela recusa da vacina. Vale observar que após a demissão do empregado que recusar a vacina, o mesmo poderá exigir, nos Tribunais do Trabalho, seu direito à reparação pelo dano moral; a sua reintegração ao trabalho e o ressarcimento de sua remuneração, em dobro, de todo o tempo em que permaneceu afastado, corrigido monetariamente e acrescido dos juros legais. Empregados e empregadores, bem como o Estado, detentor da responsabilidade de regular as relações públicas e privadas, devem prezar e zelar pelo cumprimento da lei", finaliza.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 04/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN

Título: Caern abre campanha de negociação de débitos de 2021

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/caern-abre-campanha-de-negociaa-a-o-da-bitos-de-2021/502112>

Caern abre campanha de negociação de débitos de 2021

Publicação: 2021-02-04 16:02:00

A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern) inicia na próxima segunda-feira (8), o período de negociação de débitos em atraso para que donos de imóveis que têm contas em aberto possam regularizar a situação em condições especiais. A campanha de negociação vai até o dia 26 de fevereiro e abrange todas as faturas não quitadas com vencimento anterior a janeiro de 2021.



Créditos: Aldair Dantas/Arquivo TM

Nos últimos 12 meses, a companhia registrou um volume total de débitos de R\$ 54,472 milhões, distribuídos em 42 mil, 731 imóveis.

A Caern manteve o critério de fazer a negociação com uma entrada de 10% do valor do débito, e a oportunidade de um parcelamento do restante em até 36 vezes. Será feita também a dispensa integral de juros e multas para faturas anteriores a janeiro de 2021 para todos os parcelamentos. Até mesmo nos casos em que o cliente tenha um parcelamento anterior não quitado, ele pode fazer novo acordo, sendo que a entrada, nesses casos é de 20% do valor total do débito.

Também é possível negociar as faturas com o cartão de crédito, sem entrada, com isenção de juros e multas, em até 12 vezes e com parcela mínima de R\$ 5.

Os clientes interessados podem fazer o parcelamento pelo Whatsapp (84) 98137-2343, na **Agência Virtual**, através do link parcelamento de dívidas, ou nos escritórios de atendimento, mediante agendamento prévio no **endereço**.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 05/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 1/2
Título: Hotel Tambaú é comprado pelo grupo A.Gaspar por R\$ 40,6 milhões e terá a marca 'Ocean Palace'
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/hotel-tambaao-a-comprado-pelo-grupo-a-g-aspar-por-r-40-6-milha-es-e-tera-a-marca-a-ocean-palacea/502148>

Hotel Tambaú é comprado pelo grupo A.Gaspar por R\$ 40,6 milhões e terá a marca 'Ocean Palace'

Publicação: 2021-02-05 00:00:00

Com lance de R\$ 40,6 milhões, o grupo potiguar A. Gaspar, proprietário do Hotel Ocean Palace, arrematou nesta quinta-feira (4) o Hotel Tambaú, localizado em João Pessoa, no Estado da Paraíba. O lance presencial, não coberto por valor maior, foi dado às 14h04, em leilão no Rio de Janeiro. A informação foi confirmada à TRIBUNA DO NORTE pelos empresários Arnaldo Gaspar Júnior e Ruy Gaspar. O grupo ainda não tem data exata para reabrir o hotel, localizado Avenida Almirante Tamandaré, praia de Tambaú, mas quer viabilizar reabertura entre setembro e outubro deste ano, após uma grande reforma e um reposicionamento de marca.

Créditos: Apolonia Hugo/Reprodução Instagram



Hotel Tambaú terá ampla reforma para melhorar apartamentos

De acordo com o empresário Ruy Gaspar, a estimativa é de que os investimentos necessários à melhoria da estrutura fiquem entre R\$ 50 e 60 milhões. Os recursos, tanto de aquisição do hotel, quanto para a reforma são próprios, segundo ele. "Apesar de ser um hotel bem projetado, com uma arquitetura incrível e até avançado para a época, década de 1970, pois tem toda uma estrutura de acessibilidade, é uma estrutura que necessita de uma ampla reforma, para transformar os apartamentos ao nível cinco estrelas do 'Ocean Palace'", afirma o empresário potiguar. O projeto de reforma deve incluir mudança no piso e outras áreas do hotel.

Ruy Gaspar explica que a ideia é juntar as duas marcas, Ocean Palace e Tambaú, e dá nome ao hotel paraibano de Ocean Palace Tambaú Beach Resort.

"Vamos juntar a marca Ocean Palace, sinônimo de melhor resort, com o Tambaú, um ícone no ramo hoteleiro e segundo hotel mais famoso do Brasil, superado apenas pelo Copacabana Palace), e não tenho dúvida de que essa junção trará sucesso ao empreendimento", comenta Ruy Gaspar, lembrando que o Tambaú é também o ponto mais oriental do Brasil e mais próximo da África.

"Era um sonho nosso há muito tempo, que se concretiza. Pessoas do ramo sempre nos perguntava porque não ter um Ocean Palace em João Pessoa, e nós perseguíamos isso. Sempre observávamos a trajetória desse hotel, e tínhamos interesse, quando ele entrou em processo judicial ficamos acompanhando e, quando abriu o leilão, decidimos adquirir", explica Ruy Gaspar, ressaltando que a meta de todo grupo é ampliar negócios.

"No Brasil, tem alguns empecilhos, algumas dificuldades, mas o empresário não pode parar, tem que aproveitar as oportunidades. João Pessoa é uma cidade onde o turismo vem crescendo muito, o hotel também tem uma excelente localização e formato, e isso favorece o empreendimento e nos motivou a investir", disse ele.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 05/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 2/2

Título: Hotel Tambaú é comprado pelo grupo A.Gaspar por R\$ 40,6 milhões e terá a marca 'Ocean Palace'

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/hotel-tambaao-a-comprado-pelo-grupo-a-g-aspar-por-r-40-6-milha-es-e-tera-a-marca-a-ocean-palacea/502148>

Declínio

Nos últimos anos, o Hotel Tambaú que, originalmente pertencia à companhia aérea Varig, se viu em declínio, apesar da arquitetura impressionante e da localização privilegiada, na areia da praia. Com várias dívidas trabalhistas da Rede Tropical de Hotéis, por diversas vezes, a Justiça determinou que o prédio fosse à leilão, situação que sempre era contornada de alguma forma pela administração.

Em maio do ano passado, porém, o hotel fechou as portas definitivamente. No dia 15 de outubro, foi realizado um primeiro leilão com lance mínimo de R\$ 131,9 milhões, mas não houve interessados, então o preço baixou para R\$ 65,9 milhões. Em um segundo leilão, no dia 29 de outubro, o hotel foi arrematado por pouco mais de R\$ 40 milhões pelo grupo Arnaldo Gaspar, porém houve desistência apenas duas horas após o arremate. Conforme a empresa organizadora do leilão, o foi feito de forma equivocada. Por isso, a desistência.

Com isso, o hotel ficou para o empresário Rui Galdino, que havia dado o segundo maior lance no leilão, exatos R\$ 40 milhões. Em novembro, o Galdino denunciou que móveis e equipamentos do hotel teriam sido levados em uma carreta com destino a Bahia. "Eu estou preocupado porque não posso receber o hotel vazio, limpo, como a gente vai reabrir?", disse ele na época. O administrador judicial do hotel afirmou, no entanto, que o material levado pertencia a outra massa falida do grupo. Após o episódio, o empresário desistiu de ficar com o empreendimento. Sem o pagamento efetivado, o arremate foi suspenso e o hotel entrou em novo leilão nesta quinta-feira

O Hotel Tambaú foi projetado pelo arquiteto Sérgio Bernardes, tem 173 apartamentos e, conforme descrito no edital do leilão, tem uma área construída de 18.009,05 metros, com construção de forma circular, constituído de um anel interno com dois pavimentos. Além disso, o imóvel possui construções acessórias, com a área construída de 6.009,05m², divididas em piscinas, quadras esportivas, paisagismo, postes de iluminação interna, lojas internas, anfiteatro, salão para festas e eventos, salas para reuniões, boate, bar à beira mar, restaurante e estacionamento. A área total do terreno é de 38,2 mil metros quadrados. A estrutura está avaliada em R\$ 131,96 milhões. Durante muito tempo foi considerado o único cinco estrelas da capital paraibana.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 05/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Auxílio acaba e poupança registra saque recorde de R\$ 18,154 bilhões
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/auxa-lio-acaba-e-poupana-a-registra-saque-recorde-de-r-18-154-bilha-es/502151>

Auxílio acaba e poupança registra saque recorde de R\$ 18,154 bilhões

Publicação: 2021-02-05 09:00:00

Fabrizio de Castro
Agência Estado

Brasília - Após dez meses consecutivos de captações, a caderneta de poupança fechou o mês de janeiro de 2021 com saída recorde de recursos. Dados divulgados ontem pelo Banco Central mostram que saíram da poupança R\$ 18,154 bilhões a mais do que os depósitos feitos no mês passado. Esse é o maior volume de retiradas para um único mês na série histórica do BC, iniciada em janeiro de 1995.

Créditos: Emanuel Amaral/arquivo tn



Em 2020, a Poupança foi impulsionada pelo auxílio emergencial e pela maior cautela das famílias

O recorde anterior era de janeiro do ano passado, quando R\$ 12,356 bilhões haviam sido sacados. O montante de R\$ 18,154 bilhões considera as retiradas ocorridas em janeiro, já descontados os depósitos feitos ao longo do mês. O resultado negativo coincide com o fim do pagamento, pelo governo, de auxílios emergenciais.

No ano passado, a poupança foi favorecida pelo pagamento dos auxílios, em meio aos esforços do governo para reduzir os efeitos da pandemia do novo coronavírus sobre uma parcela da população.

Além disso, a caderneta foi impulsionada em 2020 pela maior cautela das famílias brasileiras. Preocupadas com a renda futura e com medo do desemprego, muitas delas reduziram gastos e passaram a aplicar recursos na poupança, o que elevou o saldo. Esse movimento foi o que o próprio BC chamou de "poupança precaucional".

Gastos

Janeiro também é, tradicionalmente, um mês de mais saques que depósitos na poupança, em função das despesas de início de ano. Entre elas, estão o IPTU, o IPVA, a matrícula de filhos em escolas particulares e os gastos com material escolar.

"Os saques maiores da poupança em janeiro têm muito a ver com o fim do auxílio emergencial. Tinha gente que recebia os depósitos todo mês e deixava parte do dinheiro na caderneta", afirma o economista Alexandre Cabral, professor do Ibmec-SP. Ele lembrou que a Caixa Econômica Federal abriu milhares de contas justamente para depositar benefícios a trabalhadores atingidos pelos efeitos da pandemia do novo coronavírus. "Além disso, janeiro é um mês de pagamento de impostos, de despesas com escola. Tudo isso eleva os saques", acrescentou.

Os pagamentos do auxílio emergencial à população de baixa renda, no valor de R\$ 600, começaram a ser feitos em 9 de abril do ano passado. Nos últimos meses do ano, o governo passou a depositar na conta dos beneficiários a extensão do auxílio emergencial, no valor de R\$ 300. Estes valores foram pagos apenas até o fim de dezembro.

Em janeiro, os brasileiros retiraram R\$ 263,062 bilhões da poupança e depositaram R\$ 244,909 bilhões. Considerando o rendimento de R\$ 1,652 bilhão no período, o saldo total da caderneta somou R\$ 1,019 trilhão no fim de janeiro.

A poupança é remunerada pela taxa referencial (TR), que está em zero, mais 70% da Selic (a taxa básica de juros), hoje em 2% ao ano. Assim, a remuneração atual da poupança é de 1,4% ao ano. O percentual não cobre necessariamente a inflação.

Essa regra de remuneração da poupança vale sempre que a Selic estiver abaixo dos 8,50% ao ano. Quando estiver acima disso, a poupança é atualizada pela TR mais uma taxa fixa de 0,5% ao mês (6,17% ao ano).

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 05/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 1/3

Título: Lojas no Rio Grande do Norte deverão abrir durante o carnaval para reduzir prejuízos

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/lojas-no-rio-grande-do-norte-devera-o-abrir-durante-o-carnaval-para-reduzir-prejuizos/502140>

Lojas no Rio Grande do Norte deverão abrir durante o carnaval para reduzir prejuízos

Publicação: 2021-02-05 00:00:00

Cláudio Oliveira

Mariana Ceci

Repórteres

Para amenizar os prejuízos que o cancelamento do Carnaval vai provocar no setor de comércio e serviços no Rio Grande do Norte, os lojistas terão a opção de não fechar as lojas na segunda-feira de Carnaval deste ano, dia 15 de fevereiro, definido como feriado para o segmento. A abertura ficará facultativa, assim como na terça-feira e na quarta-feira de Cinzas.

Créditos: Magnus Nascimento



Apesar da confirmação do cancelamento do Carnaval, comércio espera vender itens para famílias que irão celebrar data em casa

"Foi fechado pelo Sindilojas, um acordo com o Sindicato dos Comerciantes, para que a segunda-feira de Carnaval, que normalmente é um feriado no qual nenhum estabelecimento comercial funciona, fosse tratada de maneira diferente este ano, com cada lojista avaliando, dentro do perfil do seu negócio, a validade ou não de funcionar. Isso é fundamental para que evitemos uma situação ainda mais delicada para o nosso segmento, que estaria forçado a fechar as portas nessa data", explicou o presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio/RN), Marcelo Queiroz.

Dessa forma, cada lojista vai avaliar, dependendo do local onde está seu estabelecimento e do ramo em que atua, e optar, ou não, pela abertura. Se o carnaval de Natal em 2021, caso ocorresse, viesse a ter o mesmo sucesso que no ano passado, antes de ser decretada a pandemia do novo coronavírus, circulariam R\$ 110 milhões na economia local através do setor de comércio e serviços. Esse foi o montante apresentado pela pesquisa da Fecomércio/RN no ano passado.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 05/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 2/3

Título: Lojas no Rio Grande do Norte deverão abrir durante o carnaval para reduzir prejuízos

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/lojas-no-rio-grande-do-norte-devera-o-abrir-durante-o-carnaval-para-reduzir-prejuizos/502140>

Vale salientar que, apesar de não haver festas públicas de Carnaval, feriado ou ponto facultativo, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) emitiu comunicado informando que, de acordo com a Resolução nº 2.932 do Banco Central do Brasil, não haverá expediente ao público nos dias 15 e 16 de fevereiro próximo (segunda e terça-feira de Carnaval). Na Quarta-feira de Cinzas, dia 17, o início do expediente ao público será às 12h, com encerramento no horário normal de fechamento das agências. Nas localidades em que o encerramento do expediente ocorra antes das 15h, o atendimento ao público deverá ter seu início antecipado de modo a garantir o mínimo de 3h de expediente.

Créditos: Adriano Abreu



ABAV/RN destaca que procura por pacotes turísticos está reacendida para destinos dentro do País

Turismo e Serviços estão otimistas com retomada

Os segmentos que mais ganham com a folia do Momo - o de turismo, comércio e serviços - deverão deixar de movimentar milhões no momento em que mais precisam. Contudo, representantes do setor se dizem otimistas e acreditam que o cancelamento do carnaval não irá impactar na retomada dos negócios.

Por enquanto, a Associação Brasileira da Indústria de Hoteis (ABIH), não registrou nenhum cancelamento em virtude do anúncio feito na semana passada pelo prefeito de Natal, Álvaro Dias, e pela governadora Fátima Bezerra, de que não decretarão ponto facultativo nas repartições de abrangência do Estado e Município nos dias de Carnaval. "Até o dia de hoje, ainda não computamos nenhum tipo de cancelamento por conta desse tipo de decisão e esperamos que não haja daqui para frente. Então, é isso que realmente tem confortado a nós, que vivemos do turismo", disse o presidente da ABIH/RN, Abdon Gosson.

Ela ressaltou que o reflexo desse tipo de decisão nunca será bom para nenhum setor econômico, principalmente para o turismo, o que mais emprega no Estado do Rio Grande do Norte. Por ser o setor que foi e está sendo mais atingido negativamente pela pandemia, a notícia traz maiores desafios: "Em novembro surgiu a notícia da segunda onda da covid-19, o que prejudicou drasticamente o turismo da região, e com essa notícia do ponto facultativo e do cancelamento das festas de rua, desmotiva ainda mais o setor, apesar de que até agora a hotelaria não sentiu nenhum efeito com relação a isso", frisou Gosson.

Nos bares e restaurantes, a expectativa é de que também não haja prejuízos para o segmento por causa da ausência do Carnaval. Como o turismo funciona em cadeia, geralmente se um segmento conseguir se manter, acaba movimentando o outro. "Com grandes empresas e bancos fechando, provavelmente não terá muita diferença. As notícias que temos é de que os hotéis estão com uma boa ocupação, mas ainda não sabemos se terão cancelamentos. Obviamente, a ocupação de hotéis influencia muito no movimento de bares e restaurantes, especialmente em bairros mais turísticos", avaliou o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes no Rio Grande do Norte (Abrasel/RN), Paolo Passariello.

Em meio à pandemia, o esforço é para não deixar o movimento que vem crescendo, despencar. Os bares e restaurantes estão sentindo a movimentação do turismo regional que vem acontecendo desde meados de 2020. Por essa razão, Paolo disse que, provavelmente, a falta do Carnaval não irá afetar o movimento. Além disso, as expectativas são positivas para os próximos meses, após a vacinação da população que já começou, mesmo que ainda esteja longo de chegar ao nível pré-pandemia.

"Pessoas acima de 60 anos ainda estão ficando mais em casa e minha previsão é que uma melhoria significativa, só chegará no segundo semestre do ano. Mas, em Natal, temos situações diferentes de bairro em bairro. No momento, o público jovem é aquele que mais ocupa bares e restaurantes. Bairros mais residenciais com um público mais adulto, estão sofrendo mais", explicou o presidente da Abrasel/RN.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 05/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 3/3

Título: Lojas no Rio Grande do Norte deverão abrir durante o carnaval para reduzir prejuízos

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/lojas-no-rio-grande-do-norte-devera-o-abrir-durante-o-carnaval-para-reduzir-prejuizos/502140>

Viagens

Entre as agências de viagens, a expectativa é de que o setor não será atingido com a decisão do Governo do Estado e Prefeitura do Natal em não decretar ponto facultativo nos dias de carnaval deste ano.

A presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens, seccional do Rio Grande do Norte (ABAV/RN), Michelle Pereira, disse que isso ocorre devido ao perfil dos clientes que estão correndo para comprar pacotes de viagens nas agências. O movimento aumentou desde a semana passada e mantém as características do semestre passado.

"Mesmo sem ponto facultativo no Carnaval, as pessoas estão procurando viagens próximas, aqui no Estado e em Estados vizinhos, como Paraíba, resorts de Pernambuco e Ceará. São turistas que buscam viagens mais tranquilas. Por isso, não estamos sentindo prejuízo para as agências de viagens. Estamos vendendo, mesmo com essa nova condição", destacou Michelle Pereira. Segundo relatou, são turistas que viajam em família e, até mesmo pelas limitações da pandemia, não estão indo para muito além das divisas do Estado.

Neste momento, o setor de viagens turísticas no RN retoma o aquecimento nas vendas, repetindo o crescimento gradual que começou em julho passado e que estancou em dezembro com a subida do número de novos casos de covid-19. O Carnaval costuma ser o período de maior busca, especialmente em Natal que vem se destacando nos últimos anos com sua folia multicultural distribuída em polos por toda a cidade, incentivando blocos e realizando grandes shows com artistas locais e de renome nacional. Ao mesmo tempo, a capital potiguar conquista o turista que preferir uma folia momesca menos badalada e mais para descanso.

Na dinâmica do setor, é comum a procura reduzir nos meses de janeiro e fevereiro porque as viagens de férias e de Carnaval são planejadas e compradas com antecedência, mas a presidente da ABAV/RN explicou que percebeu-se uma mudança neste aspecto. "Como houve uma queda entre o final de novembro e o mês de dezembro por causa do aumento dos casos de covid, as que estão sendo compradas agora é para logo. Mas começa a aparecer o cliente com viagem para outros meses, como junho, por exemplo. Eu aconselho que a hora é de fazer planejamento para viagem futura, na expectativa de controle da pandemia com a vacina que chegou. Pra fora do Brasil, sugiro, a partir de setembro. Estamos esperando que em março o movimento deva aumentar", previu Michelle Pereira.

Lojistas tentam atrair clientes mesmo sem festa

Apesar do cancelamento oficial do Carnaval, adereços, máscaras e confetes já podem ser encontrados nas vitrines do comércio. Os lojistas esperam vendas baixas, mas apostam no fato de que a festa mais popular do país não será completamente esquecida. "Eu acredito que o Carnaval está tão incorporado no brasileiro que as famílias vão fazer os seus carnavais, dentro de suas casas, com sua margem de segurança, então acredito que ainda há uma esperança de vendas ainda este ano", disse Severino Vasconcelos, do Ponto dos Botões.

Ele já está sentindo o impacto direto do fim do pagamento do auxílio emergencial. Conforme relatou, o ano de 2021 já está mais difícil do que os últimos meses de 2020, e ele se prepara para o que será "possivelmente o pior ano de vendas de todos". "O ano passado foi muito difícil porque tivemos as lojas fechadas. Tivemos quatro lojas, e três ficaram fechadas. Mas eu diria que esse ano começou ainda mais difícil. Poucas pessoas guardaram alguma coisa do dinheiro do auxílio emergencial, e sabemos que essa ajuda não poderia ser eterna", comentou o empresário.

O presidente da CDL Natal, José Lucena, afirmou que os lojistas terão de se adaptar este ano para conseguir impulsionar as vendas dentro das limitações impostas pela nova realidade. "A decisão de cancelar o Carnaval é uma medida de segurança. Entendemos que temos de evitar aglomerações por uma questão de saúde pública devido à Covid-19", disse Lucena.

A queda nas vendas deste ano deverá ser sentida ainda com mais força diante da realidade do ano passado, que foi de vendas 55% maiores do que em 2019 no que diz respeito aos itens carnavalescos. "A decisão impacta diretamente no consumo e no comércio, e nós estamos atentos a isso. As vendas no período de Carnaval sempre ajudaram a aquecer a economia, principalmente nos últimos anos em Natal", destacou José Lucona.

Uma das alternativas, para o presidente da CDL Natal é estimular promoções entre os lojistas e a compra de itens relacionados às práticas esportivas e itens de banho para a população. "Incentivo o lojista a preparar as ofertas e o consumidor a comprar produtos ligados ao Carnaval. Decore sua casa.

Compre fantasias para as crianças. Invista em roupas de banho ou para práticas esportivas. Será um carnaval atípico, mas nem por isso sem graça e sem consumo", afirmou.

A opção pelo cancelamento do Carnaval em Natal foi definida ainda em dezembro, pelo Decreto Municipal nº 12.116. O objetivo é evitar aglomerações que levem ao aumento do número de casos de Covid-19, e a consequente sobrecarga do sistema de saúde pública na capital potiguar. Em 2021, o feriado estava marcado para acontecer entre os dias 15 e 17 de fevereiro.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 05/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 1/2
Título: As dicas de Jeanine Pires
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/as-dicas-de-jeanine-pires/502138>

As dicas de Jeanine Pires

Publicação: 2021-02-05 00:00:00

Antonio Roberto Rocha

antonioroberto@tribunadonorte.com.br

Ex-presidente da Embratur e uma das mais renomadas consultoras de Turismo em atuação no Brasil, Jeanine Pires, que já proferiu palestra na segunda edição do Fórum de Turismo do RN, em Natal, e no ano passado foi entrevistada na Live da Femptur, define bem o atual momento do setor em post no seu blog no portal Panrotas. Ela ressalta que "vivemos períodos de difíceis decisões e um cenário ainda carregado de incertezas".

A consultora lembra que está sempre de olho em tendências e mostrou em seu blog os últimos dados da OMT (publicados no Barômetro em 2/02/2021). As informações mostram a diminuição de 74% nas chegadas mundiais de viagens e uma perda de receitas de 1,3 trilhões de dólares. A entidade informa ainda que entre 100 a 120 mil empregos foram colocados em risco no setor em todo o planeta.

acProjeções Os dados mais interessantes para apoio no plano de ação de empresas e destinos, segundo Jeanine, dizem respeito às projeções feitas pela maioria dos especialistas para o painel de observação da OMT, para o qual ela contribui, junto com outros cerca de 500 profissionais de 156 países.

A maioria, comenta a consultora, identifica um freio nas perspectivas de recuperação do turismo, que iniciaria em 2021 (nas projeções de outubro do ano passado) mas deve acontecer somente em 2022. Da mesma forma, observa ainda Jeanine, "a maioria dos participantes do painel de especialistas acredita que o turismo mundial só deve chegar aos níveis de 2019 a partir de 2024 ou até depois"

Cinco medidas Os cinco principais fatores avaliados para que o turismo possa retornar suas atividades são, segundo Jeanine Pires:

1. ritmo de vacinação nos países e a conquista progressiva de imunidade em massa
2. alívio das restrições de fronteiras e mecanismos de testagem e facilitação de viagens como, por exemplo, tecnologias sem toque e simplificação de coleta de documentos comprobatórios de vacinação
3. restauração da confiança dos consumidores
4. coordenação entre os países sobre os procedimentos de viagens
5. progresso da econômica global em 2021

Turismo gerou 21,2 mil empregos em 2020

Apesar de ser um dos setores mais afetados pela pandemia do novo coronavírus, o turismo gerou mais de 21,5 mil empregos em 2020. Os dados (inacreditáveis, por certo ângulo) são do Novo Cadastro Geral do Empregados e Desempregados (Novo Caged), do Ministério da Economia. O número representou cerca de 15% dos 142,6 mil postos de trabalho que foram gerados durante todo o ano passado nos diversos segmentos da economia brasileira. Os destaques vão para as atividades de Hospedagem e Alimentação, que garantiram - juntas - mais de 24,1 mil novas vagas.

SC, BA, SP e MG Entre os estados, Santa Catarina (3,35 mil) foi o que mais gerou empregos nos segmentos que compõem o setor, seguido da Bahia (3,33 mil), São Paulo (2,6 mil) e Minas Gerais (1,5 mil). Na maioria das Unidades da Federação, o destaque nas contratações foi para as atividades de hospedagem e alimentação. De acordo com o Ministério da Economia, o Benefício Emergencial de Preservação da Renda e do Emprego foi importante para o enfrentamento da crise econômica. Estimativas da Pasta apontam que quase 10 milhões de empregos foram preservados por meio do programa.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 05/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 2/2

Título: As dicas de Jeanine Pires

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/as-dicas-de-jeanine-pires/502138>

Vem aí o Ocean Palace Tambaú

Conforme noticiado em nosso blog nesta TRIBUNA DO NORTE, o Grupo A. Gaspar, que atua no setor da construção civil e é proprietário do Ocean Palace Resort, Beach & Bungalows, em Natal, arrematou ontem à tarde, em leilão realizado no Rio de Janeiro, o tradicional Hotel Tambaú, de João Pessoa. O lance foi de R\$ 40,6 milhões. A empresa potiguar também construirá o primeiro hotel do futuro Polo Cabo Branco, na capital paraibana.

O investimento na reforma, incremento e ampliação do equipamento, que deverá se chamar Ocean Palace Beach Tambaú Resort, vai girar em torno de R\$ 60 milhões. A ideia é transformar todas as unidades habitacionais em padrão cinco estrelas e implantar o mesmo all inclusive premium utilizado pelo Ocean Palace Natal.

A reabertura do Tambaú está prevista para setembro deste ano. Uma das novidades será o parque aquático, que também deverá seguir os moldes do hotel da empresa na capital potiguar, além do centro de convenções reformado e ampliado. Só a fachada do hotel paraibano que já pertenceu ao grupo Varig não será alterada.

Ocean Jampa O Ocean Palace Jampa Eco Beach Resort, que será o primeiro hotel do futuro Polo Turístico do Cabo Branco, na capital paraibana, terá seu cronograma de construção mantido. Serão 405 unidades habitacionais, das quais 99 suítes, complexo de piscinas em formato de raia, quadras poliesportivas, centro de convenções e fitness center, entre outros equipamentos. Todo o complexo terá sistema de energia renovável, com utilização de placas fotovoltaicas

Majestic ganha prêmio pela nona vez

Pelo nono ano consecutivo, o Hotel Best Western Premier Majestic Natal está entre os melhores hotéis de luxo do país. Foi eleito também, o melhor do Rio Grande do Norte. Mais uma vez o hotel, localizado em Ponta Negra, foi reconhecido pelo selo Travellers' Choice – Best of the Best 2020 do TripAdvisor como o 4º entre os 25 melhores hotéis de luxo do Brasil.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 05/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Brasil deve R\$ 10,1 bi a organismos mundiais, mas só reserva R\$ 2,2 bi

A10 SEXTA-FEIRA, 5 DE FEVEREIRO DE 2021

FOLHA DE S.PAULO ★★

mun

Brasil deve R\$ 10,1 bi a organismos mundiais, mas só reserva R\$ 2,2 bi

Itamaraty alerta para risco de sanções por atrasos, e Economia estuda remanejar orçamento

Fábio Pupo

BRASÍLIA O Brasil precisa pagar R\$ 10,1 bilhões a mais de cem organismos internacionais, considerando dívidas acumuladas e compromissos agendados para 2021. Apesar disso, o Orçamento proposto pelo governo só reservou R\$ 2,2 bilhões para as entidades neste ano (ou 21% do necessário).

A restrição orçamentária deve agravar o cenário de inadimplência com as entidades internacionais, que cresceu de forma significativa no governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

O quadro vem gerando alertas do Itamaraty, que vê riscos de prejuízos políticos e até sanções como a perda do direito a voto em discussões.

O total a ser pago é resultado de R\$ 6 bilhões em dívidas acumuladas até o fim de 2020 e outros R\$ 4,1 bilhões em parcelas previstas para 2021.

Houve crescimento de 48,3% nas dívidas a organismos internacionais em 2019 e de 169% em 2020. Antes de Bolsonaro, entre 2015 e 2018, o avanço anual médio era de 24%.

Os valores obtidos pela **Folha** mostram que cresceu também o número de entidades com recursos a receber. Em 2018, eram 10. Em 2019, passou para 92. Em 2020, 107.

Estão na lista das pendências a ONU (Organização das Nações Unidas) e diferentes braços da entidade como OIT (Organização Internacional do Trabalho), OMS (Organização Mundial da Saúde), Unesco (voltada a educação, ciência e cultura) e FAO (alimentação e agricultura).

Há também blocos e organismos regionais (como o Mercosul e a Organização dos Estados Americanos), de segurança (como a Agência Internacional de Energia Atômica) e de aproximação entre nações (como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).

Também integram a lista instituições financeiras e seus braços, como BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e CAF (Corporação Andina de Fomento).

No momento, a maior dívida do país é com o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês), para quem o governo deixou de pagar R\$ 1,59 bilhão em 2020.

A falta de pagamento ao NDB foi a primeira desde sua criação em 2014, quando o país combinou com os demais integrantes do Brics aportes anuais no banco. Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul têm 20% de participação na instituição, cada um.

O governo ainda deixou de pedir ao Congresso recursos suficientes para quitar a dívida com instituições como o NDB em sua proposta de Orçamento de 2021. E só reservou R\$ 700 milhões, montante insuficiente para o aporte de R\$ 1,8 bilhão previsto para este ano (sem considerar a dívida de R\$ 1,59 bilhão de 2020).

A falta de pagamentos tem gerado cobranças e até ameaças das entidades, inclusive da própria ONU.

Chandramouli Ramathan, secretário-geral-assistente das Nações Unidas, afirmou ao Brasil em 2019 que poderia ser retirado o poder de voto do país no organismo.

Principais compromissos do país com órgãos internacionais

Entidade de ou ação

Valor a ser pago (inclui 2021), em R\$ milhões



Fontes: Itamaraty e Ministério da Economia



Mesmo diante do cenário de restrições orçamentárias e financeiras, o Ministério tem como uma de suas prioridades a quitação dos compromissos brasileiros

Ministério da Economia
em nota

A sanção está prevista no artigo 19 da Carta das Nações Unidas e nunca foi aplicada ao Brasil na história. O país pagou no fim daquele ano uma quantia mínima (de pouco mais de R\$ 500 milhões) e garantiu o direito a voto.

O Ministério de Relações Exteriores afirma que o Ministério da Economia é responsável pelos pagamentos. Porém, ressalta que as duas pastas trabalham em conjunto "para evitar comprometer a atuação internacional do Brasil".

O Itamaraty diz que as restrições fiscais do Orçamento têm afetado os pagamentos a organismos internacionais e que chama atenção do governo para os riscos.

"O Ministério das Relações Exteriores sinaliza regularmente os potenciais prejuízos políticos decorrentes da situação das contribuições brasileiras aos organismos internacionais, inclusive eventuais sanções, como a perda do direito de voto", afirma o Itamaraty.

O Ministério da Economia diz que a participação em discussões bilaterais é algo de importância estratégica para o país e que pediu créditos adicionais para os pagamentos ao Congresso em 2020, mas que apenas parte dos recursos foi aprovada. Ainda assim, diz que nos últimos dois anos quitou R\$ 3,99 bilhões em dívidas, mesmo com a prioridade à Covid-19.

"Mesmo diante do cenário de restrições orçamentárias e financeiras, o Ministério tem como uma de suas prioridades a quitação dos compromissos brasileiros com organismos internacionais, e en-

vidará esforços para que os recursos sejam devidamente previstos na Lei Orçamentária Anual de 2021", afirma a pasta.

O ministério discute internamente a possibilidade de um remanejamento orçamentário de quase R\$ 8 bilhões para os pagamentos neste ano, segundo relatos colhidos pela Folha. O objetivo é ao menos reduzir o passivo total.

Para isso, é discutida uma mudança no projeto de Orçamento de 2021.

O ministério estuda retirar uma trava do texto que limita remanejamentos a até 20% de outras ações para organismos internacionais. Isso permitiria maior poder de remanejamento ao Poder Executivo e ainda aumentaria as chances de serem recebidos recursos de outros órgãos, interessados nos pagamentos por entenderem que a medida beneficiaria as políticas das pastas.

Carlo Cauti, professor de Relações Internacionais do Ibmec, diz que a falta de pagamento é um problema orçamentário que se agravou com o desequilíbrio fiscal a partir de 2015.

"O próprio Itamaraty tem menos recursos do que no passado por causa da crise que o país está vivendo", afirma.

Para o professor, as instituições internacionais tendem a evitar as sanções aos países ao máximo por dependerem dos recursos. Por isso, ele diz que o governo pode contar com isso para postergar suas obrigações.

Um exemplo disso é o próprio NDB, em que o governo brasileiro perdeu apenas parte de seu direito de voto após a inadimplência.

Mesmo assim, Cauti lembra que diferentes países já sofreram sanções pela falta de pagamentos e que a situação pode levar a uma perda de prestígio com efeitos reais. Entre eles, a perda de direito a assentos não-permanentes em órgãos globais estratégicos, como o Conselho de Segurança da ONU.

Leia mais sobre o
Itamaraty na pág. A11

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 05/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Novo comando do Congresso quer aprovar reforma tributária

FOLHA DE S. PAULO ***

SEXTA-FEIRA, 1

mercado

Reformas unificam tributos sobre bens e serviços

Principais propostas em tramitação no Congresso

	Tributos extintos	Tributos criados	Arrecadação em 2019 (em R\$ bi)	Parcela da arrecadação nacional (em %)	Alíquota	Transição do sistema de cobrança dos tributos	Concessão de benefícios
Proposta do governo PL 3887/2020	• PIS • Cofins	CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços)	313	12,8	Padrão de 12%	Seis meses	• Simples e Zona Franca de Manaus mantidos. Isenção na venda de imóveis residenciais para pessoas físicas, operações entre cooperativas e associados, cesta básica e serviços de transporte público coletivo
Proposta da Câmara PEC 45/2019	• PIS • Cofins • IPI • ICMS • ISS	IBS + Imposto Seletivo Federal	969	38,5	Estimada em 25%	Dez anos	• Não permite • Adesão opcional para o Simples
Proposta do Senado PEC 110/2019	• PIS • Cofins • IPI • ICMS • ISS • Salário Educação • Cide Combustíveis • IOF • CSLL	IBS + Imposto Seletivo Federal	1.124	44,7	Estimada em 25%	Seis anos	• Para alimentos, medicamentos, transporte público coletivo, bens do ativo imobilizado, saneamento e educação

Fontes: Ministério da Economia, Câmara dos Deputados, Senado Federal, estudo Consolidação da Carga Tributária Bruta de 2019 (José Roberto Afonso e Kleber Pacheco de Castro)

Novo comando do Congresso quer aprovar reforma tributária até outubro

Proposta a ser votada gera receio na equipe econômica, que tem projeto mais simples

BRASÍLIA Os novos presidentes da Câmara e do Senado, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG), definiram um cronograma para a reforma tributária. Ficou estabelecido, em encontro na manhã desta quinta (4), que a apresentação do relatório da comissão mista vai ocorrer até o final deste mês. Ambos acreditam que a reforma seja aprovada em definitivo no Congresso entre agosto e outubro. Em reunião realizada à tarde, os líderes partidários definiram outras pautas prioritárias a serem votadas na Câmara a partir da próxima terça (9), quando ocorre a primeira sessão deste ano legislativo.

Os líderes afirmaram que serão votados projetos sobre autonomia do Banco Central, as sugestões de mudança na lei cambial — o texto-base já foi votado no ano passado — e um texto que pune quem desrespeita a ordem de prioridade da vacinação. A pena prevista é de detenção de um a três anos e pagamento de multa.

Também estão previstos um projeto que prevê reclusão de um a cinco anos para quem destrói vacina, insumos ou bens destinados ao enfrentamento da pandemia, além de uma proposta de superendividamento.

No que se refere à reforma tributária, a comissão analisa, essencialmente, as propostas defendidas por congressistas, deixando o plano tributário do ministro Paulo Gue-

des (Economia) à margem da discussão. O governo resiste ao formato que tem mais força na Câmara por ver complexidade no texto que unifica impostos federais, estaduais e municipais com longo prazo de transição.

A equipe econômica quer aprovar a fusão inicial apenas de PIS e Cofins, numa transição curta, e já vinha negociando com o relator da comissão, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), a inclusão dessa medida na versão final. Mas o contato ficou escasso, principalmente no fim do ano passado, diante da disputa política em torno do comando da Câmara. Ribeiro é de grupo adversário Lira, aliado do governo.

Apesar de o cronograma apresentado pela nova cúpula do Congresso dar celeridade à reforma tributária, integrantes do Ministério da Economia ainda estão receosos em relação à proposta a ser votada. Isso porque as mudanças dependem das negociações, inclusive políticas, e dos acordos no relatório de Ribeiro.

A intenção é retomar uma relação mais próxima com o relator para que o plano de Guedes também possa ser incluído no relatório.

O Ministério da Economia quer começar as votações com fatias mais consensuais da reforma. Entrariam primeiro a unificação dos tributos federais PIS e Cofins (projeto de lei já enviado pelo governo ao

Congresso) e a redução de Imposto de Renda para empresas e a taxação de dividendos.

A avaliação de técnicos da pasta é a que reforma tributária defendida por líderes da Câmara pode resultar numa alíquota de imposto único (sobre o consumo) muito elevada, além de que produziria efeitos na economia apenas no futuro.

Apesar dos rumores na Câmara, Lira manteve Ribeiro na relatoria da proposta e não desmanchou a comissão que analisa o tema. O governo esperava que, com a eleição de Lira, o ambiente seria mais favorável para que as propostas de Guedes na área tributária pudessem prevalecer.

Além do projeto de Guedes

➤ Guedes diz que nova cúpula do Congresso gera confiança na retomada de reformas

O ministro recebeu na noite desta quinta o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e marcou reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Os dois eleitos foram apoiados pelo presidente Jair Bolsonaro. "Foi uma vitória expressiva, uma vitória importante que nos deixa esperançosos e até confiantes na retomada da agenda de reformas. Estamos 100% à disposição do Congresso", disse Guedes.

para fundir PIS e Cofins na nova CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), a comissão da reforma tributária analisa duas PECs (propostas de emenda à Constituição). Os dois textos trazem propostas mais amplas que o texto do governo.

Uma delas é a PEC 45, da Câmara, que funde cinco impostos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) em um só (o Imposto sobre Bens e Serviços, o IBS) e cria um imposto seletivo para produtos específicos como cigarros e bebidas alcoólicas.

A PEC 110, do Senado, é ainda mais abrangente ao fundir, além daqueles previstos na PEC 45, IOE, Salário-Educação e Cide-Combustíveis (a proposta também cria o imposto seletivo sobre cigarros e outros produtos).

A tarefa da comissão agora é reunir as diferentes propostas. "A nossa missão, que não é fácil, é juntar tudo num texto só", disse o senador Roberto Rocha (PSDB-MA), presidente da comissão.

O cronograma da reforma tributária foi anunciado nesta quinta. Os presidentes da Casa se reuniram para um café da manhã na residência oficial do Senado. Também participaram os relatores das propostas de reforma tributária na Câmara e no Senado, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) e senador Roberto Rocha (PSDB-MA).

No dia anterior, ambos divulgaram uma carta conjun-

ta com as prioridades do Congresso, sendo que aprova as reformas econômicas e agilizar a vacinação eram os pontos principais.

De acordo com Pacheco, a reunião desta manhã tinha como meta discutir procedimentos para a tramitação da reforma tributária. Não estava na pauta tratar sobre o conteúdo das propostas.

O presidente do Senado também disse que a prioridade da reforma tributária será a tramitação na comissão mista. Após a conclusão dessa etapa, será decidido em qual Casa o texto começa a andar. O colegiado analisa propostas em tramitação na Câmara e no Senado, bem como a enviada pelo governo, que trata da CBS.

"É um amadurecimento que nós vamos fazer no decorrer de fevereiro, juntamente com o presidente Arthur Lira, e temos uma previsão de que podemos concluir a reforma tributária no Congresso Nacional em seis a oito meses."

O presidente da Câmara concordou e disse que não há preocupação sobre em qual Casa vai ter início a tramitação do texto da reforma. "Não vai haver briga por protagonismo em relação a essas reformas. Elas têm que andar constitucionalmente nas duas Casas, e pouco importará se começará em uma ou se findará em outra." Danielle Brant, Renato Machado, Thiago Resende e Fábio Pupo

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 05/02/21 - **Cidade/UF:** SP
Título: Bancos fecham mais de 1.500 agências e pontos de atendimento em 2020

A16 SEXTA-FEIRA, 5 DE FEVEREIRO DE 2021

FOLHA DE S.PAULO ***

mercado

Bancos fecham mais de 1.500 agências e pontos de atendimento em 2020

Bradesco, Itaú e Santander sinalizam mudança no modelo tradicional e investem na digitalização

Isabela Bolzani

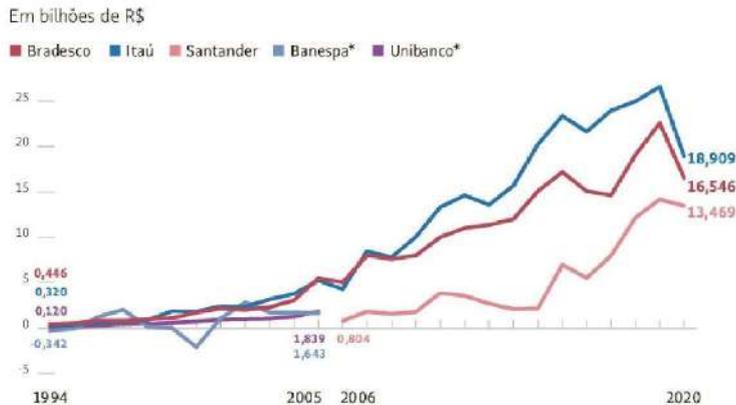
SÃO PAULO Itaú, Bradesco e Santander, os três maiores bancos privados do país, sinalizam que estão revendo seus processos mais tradicionais de operação e atendimento ao cliente. O movimento ocorre na esteira de uma maior adesão dos brasileiros aos canais digitais, como reação ao distanciamento social, mas também como uma alternativa para a redução de custos.

O maior indicador dessa mudança é o fechamento de agências e a redução no quadro de funcionários. Apenas em 2020, as três instituições fecharam, juntas, mais de 1.500 agências e pontos de atendimentos. O número representa queda de 12% na estrutura.

O enxugamento de agências não é de agora. Especialistas já projetavam a tendência de migração de áreas físicas para canais digitais, com investimentos cada vez maiores em tecnologia.

"A capilaridade, de certa forma, era um grande ativo para o setor. Mas, de um tempo para cá, os bancos se anteciparam à digitalização, e não é de hoje que vêm diminuindo a presença física", afirmou

Lucro líquido contábil dos três maiores bancos privados do país



*Os balanços do Banespa e do Unibanco passaram a serem contabilizados junto aos de seus compradores, Santander e Itaú, respectivamente

Fonte: Economiática

o presidente da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), Isaac Sidney, em um Webinar promovido pela Fitch Ratings em setembro de 2020.

A expectativa, agora, é que o maior uso dos canais digitais durante a pandemia intensifique esse movimento. Pesquisa realizada pela federação e pelo Ipspe (Instituto de Pesquisas Sociais, Políti-

cas e Econômicas) com 3.000 entrevistados embasa essa percepção: 60% afirmaram que passaram a usar mais os canais virtuais com a Covid.

Outro levantamento, feito pelo Banco Central, apontou que o distanciamento social e o pagamento do auxílio emergencial em 2020 aceleraram o processo de bancarização no Brasil, fazendo com

que 9,8 milhões de pessoas iniciassem relacionamento com uma instituição financeira entre março e outubro.

Segundo Milton Maluhy Filho, novo presidente do Itaú Unibanco, que assumiu o cargo na terça-feira (2) no lugar de Cândido Bracher, o grande banco privado deve focar ainda mais em sua atuação digital e também no ESG

Bradesco prevê reduzir rede em mais de um terço em dois anos

O Bradesco deve reduzir em mais de um terço a sua rede de agências entre 2020 e 2021. O corte faz parte de um plano de reestruturação de despesas. A estimativa para este ano é encerrar as atividades de 450 agências, afirmou o presidente do Bradesco, Octavio de Lazari, nesta quinta-feira (4) em entrevista com jornalistas. Somado ao corte efetuado no ano passado, são 1.533 unidades no total — uma redução de 34,2% em relação ao tamanho da rede em 2019, que contava com 4.478 agências. Em 2020, em números arredondados, foram cerca de 400 agências fechadas e 700 transformadas em unidades de negócio. Segundo Lazari, o banco está reavaliando os espaços que possui e é possível que mais de 300 agências sejam transformadas em unidades de negócio. Segundo o executivo, o banco paga cerca de R\$ 1,7 bilhão em aluguel de agências por ano no Brasil.

(melhores práticas ambientais, sociais e de governança).

A instituição encerrou o quarto trimestre de 2020 com 24,4 milhões de clientes digitais, aumento de 2,9% em relação aos três meses imediatamente anteriores.

"Investiremos o dobro em tecnologia em 2021 em relação a 2018", afirmou o executivo.

O mesmo aconteceu nos outros dois grandes bancos privados.

Em relatório divulgado na quarta-feira (3) o Bradesco apontou que um quarto (25,3%) dos empréstimos feitos pelo banco em 2020 foi feito em canais digitais.

Em nota, Octavio de Lazari, presidente da instituição, disse que parte da explicação para a rápida reação do banco diante da crise do coronavírus foi poder contar com uma robusta estrutura tecnológica para atendimento digital.

Segundo Sergio Rial, presidente do Santander, o banco trabalha para colocar 90% de seus produtos em canais digitais em dois anos.

O Santander encerrou o ano passado com 3.564 agências e pontos de atendimento, redução de 7,2%. O banco também demitiu 3.220 funcionários no período. O quadro atual conta com 44.599 colaboradores.

O Bradesco fechou 1.083 agências em 2020 — 400 delas apenas no quarto trimestre.

O Itaú, apesar de também ter registrado demissões ao longo da pandemia, encerrou o ano com 96.540 funcionários, 1.659 a mais do que o registrado em 2019.

Em 2020, a instituição fechou 167 agências e pontos de atendimento.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 05/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Tributária sai em até 8 meses, dizem Lira e Pacheco

B1 | SEXTA-FEIRA, 5 DE FEVEREIRO DE 2021

INCLUI CLASSIFICADOS

O ESTADO DE S. PAULO

E&N

ECONOMIA & NEGÓCIOS

Efeito pandemia
Sem auxílio, R\$ 18 bi saem da poupança
Pág. B6

Opção em aberto
Lazari fala em renegociação de mais créditos
Pág. B7

Reforma. Presidentes da Câmara e do Senado selaram acordo, mas não há definição sobre como se dará a tramitação da proposta; há pressão pela retirada de Estados e municípios do texto e tendência é votar apenas projeto de lei do governo que substitui PIS/Cofins

Tributária sai em até 8 meses, dizem Lira e Pacheco

Daniel Weterman
Adriana Fernandes | BRASÍLIA

Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), fecharam um acordo ontem para aprovar a reforma tributária no Congresso em um prazo de seis a oito meses, mas deixaram ainda muitos pontos em aberto sobre o futuro da proposta no Congresso.

Pela negociação, a comissão mista da proposta finaliza o relatório até o fim de fevereiro. Os presidentes das duas Casas não deixaram claro como será o caminho de tramitação da reforma depois que o prazo de funcionamento da comissão mista terminar no fim de março.

De caráter informal, a comissão foi criada para fazer um texto de convergência entre a PEC 45, de reforma da Câmara, e a PEC 110, do Senado (*veja ao lado as diferenças entre as propostas*). Ficou no ar se depois de apresentado o relatório, a tramitação será via Câmara ou Senado.

De um lado, parlamentares resistem em avançar com a medida no sistema remoto, durante a pandemia de covid-19. De outro, há pressão para retirada dos Estados e municípios da reforma e uma tendência para se votar apenas o do projeto de lei



Cronograma. Pacheco e Lira dão prazo, mas sem detalhes

do governo, enviado no ano passado, que cria a Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS) para substituir o PIS/Cofins, tributos cobrados pela União sobre o consumo. A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, sempre defendeu a votação primeiro do projeto da CBS.

“Os impostos que são de autonomia dos municípios e Estados devem ser excluídos. O governo federal vai cobrar ISS, IPTU, IPVA? O que deve ter unificação são os impostos federais”, afirmou o senador Otto Alencar (PSD-BA), indicado para presidir a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Para a senadora Simone Tebet (MDB-MS), uma das integrantes da comissão mista, é possível entregar uma reforma no ini-

cio do segundo semestre, mas sem os impostos estaduais e municipais. “Eu vejo possibilidade de sair alguma coisa da reforma tributária. Não é o que está na proposta da Câmara porque implica o governo abrir mão de receita federal para Estados e municípios que saem perdendo.”

Tramitação. O presidente do Senado evitou se comprometer de imediato com detalhes de como será o rito para a votação da proposta, se as duas propostas seguirão separadamente ou se haverá uma convergência no relatório que será apresentado. “Se se iniciará pela Câmara ou pelo Senado, isso é um detalhe até desimportante”, disse Pacheco. Segundo ele, o mérito do texto dependerá ainda de discus-

AS PROPOSTAS

Entenda as diferenças nos textos da reforma tributária do governo, da Câmara e do Senado

	GOVERNO	SENADO	CÂMARA
Unificação	Única parte que foi entregue pela equipe econômica ao Congresso, propõe unir PIS/Cofins em um novo imposto, chamado de Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS)	Fusão de IPI, PIS, Cofins, IOF, CSLL, Cide, Salário Educação (federais); ICMS (estadual); ISS (municipal)	Fusão de IPI, PIS, Cofins (federais), ICMS (estadual), ISS (municipal)
Alíquotas	Para a CBS, substituta do PIS/Cofins, governo propôs alíquota de 12% (a alíquota paga por entidades financeiras —incluindo bancos, planos de saúde e seguradoras— foi estipulada em 5,8%)	Definidas por cada Estado e município	Definição pelo comitê gestor do Imposto sobre Bens e Mercadorias (IBS)
Imposto seletivo Com alíquotas Diferenciadas	Ainda não enviou. O ministro da Economia, Paulo Guedes, já disse que pediu um imposto diferenciado (“imposto sobre pecado”) para desestimular o consumo de produtos prejudiciais à saúde (cigarro, bebida alcoólica e açúcar)	Bebidas alcoólicas e não alcoólicas, fumo, veículos, comunicações, energia elétrica, petróleo e gás natural	Fumo e bebidas alcoólicas
Incentivos e desonerações	Na parte da proposta que foi enviada ao Congresso, o governo manteve a desoneração de produtos da cesta básica	Imposto zero para remédios e alimentos. Outros incentivos definidos pelos Estados e municípios	Não prevê incentivos e desonerações
Transição até novo modelo	Seis meses para a CBS	15 anos	10 anos, além de 50 anos para compensar eventuais impactos a Estados e municípios

são. “Não vai haver briga por protagonismo entre Câmara e Senado com relação a essas reformas”, afirmou Lira, que não falou em mudanças de relatoria. O relator da comissão mista, deputado Aguinaldo Ribeiro

(PP-PL), participou da reunião. Ao Estadão, Aguinaldo disse que não pretende retirar os impostos dos Estados e municípios do seu parecer da proposta de emenda constitucional para ficar restrita à criação da CBS.

“Colocar só CBS, é projeto de lei”, disse ele numa referência ao fato de que a reforma via mudança constitucional é ampla e inclui também os tributos cobrados por Estados (ICMS) e municípios (ISS).

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 05/02/21 - **Cidade/UF:** DF

Título: Estados querem uma reforma ampla e que inclua também ICMS

Estados querem uma reforma ampla e que inclua também ICMS

Empresários se dividem; há até quem defenda que a proposta seja totalmente rediscutida pelo Parlamento

BRASÍLIA

O prazo maior para a tramitação da reforma tributária deu alívio para setores empresariais que temiam uma votação relâmpago da proposta no final de 2020. Mas Estados querem evitar que a proposta volte à estaca zero. Os secretários de Fazenda dos Estados querem garantir uma reforma ampla que não fique restrita aos tributos do governo federal. Eles vão se reunir por videoconferência, na próxima semana, com o relator da reforma, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

O secretário de Fazenda de Pernambuco, Décio Padilha, disse ao Estadão que muito investimento já foi feito na discussão da proposta e que o relatório de Aguinaldo deve ser aproveitado para ser colocado em votação. Ele lembra que a proposta dos secretários de Fazenda teve apoio unânime dos governadores. Mas contém pelo menos dois pontos rejeitados pelo ministro da Economia, Paulo Guedes: a destinação de recursos federais para o fundo de desenvolvimento regional e a for-

ma de composição do conselho gestor que vai administrar o novo tributo que seria criado pela reforma, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), para reunir impostos federais (PIS/Cofins), estadual (ICMS) e municipal (ISS) que incidem sobre o consumo.

O secretário de Fazenda de São Paulo, Henrique Meirelles, endossa o coro para que a reforma não comece do zero. “Quando mais pudermos não mexer, e seguir em frente, melhor”, disse Meirelles. Para ele, a reforma deve ser ampla, porque o maior problema hoje é com o ICMS, o imposto estadual.

O presidente da Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce), Glauco Humai, considerou o tempo maior para a tramitação como uma “solução apaziguadora”. “O prazo é suficiente para poder se discutir e entender melhor a proposta. Mas não sabemos o que vai andar. Se é a PEC 45 (da Câmara), a PEC 110 (do Senado), só a proposta da Contribuição sobre Bens e Serviço (do governo), ou se será algo novo que vai chegar”.

Já o presidente da Confederação Nacional de Serviços, Luigi Nese, é mais radical e defende que a reforma seja toda rediscutida e comece primeiro com a desoneração da folha de salários (redução dos encargos que as empresas pagam sobre os salários) e criação da nova CPMF.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 05/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Produção de carros aumenta, mas setor vê movimento com cautela

Produção de carros aumenta, mas setor vê movimento com cautela

Indústria contratou 2,2 mil funcionários em janeiro, a maioria com contrato temporário pelas incertezas na economia

Cleide Silva

Mesmo com problemas de falta de peças e o fechamento de fábricas da Ford, a indústria automobilística produziu em janeiro quase 200 mil veículos, volume 4,2% superior ao de igual mês do ano passado, quando ainda não tinha pandemia no País. Na comparação com dezembro, contudo, houve queda de 4,6%.

As fabricantes, em especial as de caminhões, contrataram 2,2 mil funcionários, a maioria por prazo determinado, de seis meses a um ano. Um exemplo é a Iveco, que abriu 478 vagas temporárias na fábrica de Sete Lagoas (MG). O segmento de automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus emprega hoje

103,4 mil pessoas ante 107,2 mil há um ano. Ontem, o Grupo Caoatambém anunciou 150 contratações em Anápolis (GO).

Segundo o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Carlos Moraes, há aumento de demanda e fila de espera para alguns veículos, mas o setor ainda tem dúvidas se o crescimento será mantido ao longo dos próximos meses em razão da conjuntura econômica e de impactos da covid-19.

O número não inclui os cortes que a Ford fará, de cerca de 5 mil funcionários. Neste mês, não foram divulgados dados das fabricantes de máquinas agrícolas, pois com a saída da John Deere da entidade os números comparativos ficariam distorcidos.

Moraes afirma que a falta de componentes tem levado fábricas a fazerem paradas na produção — algumas depois compensadas com horas extras e trabalho em fins de semana. Muitas fornecedoras ainda não conseguiram recuperar a produção após

a parada das linhas no período mais crítico da pandemia. Entre os itens em falta estão alguns tipos de pneus e de aço, além de semicondutores. Nesse último caso, o problema é global e várias montadoras estão dando férias coletivas na Europa, EUA e Ásia em razão disso.

Outro dado positivo do setor são as exportações, que aumentaram 22% ante janeiro de 2020, embora tenham caído 35% em relação a dezembro, e somaram 25 mil unidades. Já as vendas somaram 171 mil veículos, o que significa encolhimento de quase 12% confrontado com um ano atrás e de quase 30% frente a dezembro.

“É uma queda importante e nos deixa preocupados em razão da pandemia, da falta de abono emergencial, do acompanhamento do déficit fiscal, do possível aumento dos juros e do fornecimento de peças”, afirma Moraes. Os estoques nas fábricas e revendas aumentaram pouco, de 96,8 mil para 100,8 mil unidades, ou o equivalente



Gargalo. Indústria enfrenta falta de peças para a produção

● **Incentivo fiscal**
“Para cada R\$ 1 recebido em desoneração, o setor recolheu R\$ 11 em impostos.”

Luiz Carlos Moraes
PRESIDENTE DA ANFAVEA

a 18 dias de vendas, um a mais do que no mês passado.

Subsídios. Em resposta às críticas de que as montadoras recebem muitos subsídios fiscais, afluídos quando a Ford anunciou o fechamento de suas três

fábricas locais, a Anfavea preparou estudo para mostrar que o setor “é um dos que carrega a carga tributária do País e que, para cada R\$ 1 recebido em desoneração, recolheu R\$ 11 em impostos”, diz o executivo.

Um exemplo citado foi o programa Inovar-Auto, entre 2013 e 2017, que ofereceu incentivos para empresas que investissem em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e teve como um dos resultados a melhora da eficiência energética dos motores dos veículos nacionais.

Segundo dados da Receita Federal, a desoneração tributária

foi de R\$ 6,8 bilhões ao longo de cinco anos e resultou em economia anual de R\$ 7 bilhões (ou R\$ 35 bilhões no total) em gastos com combustíveis. Também reduziu emissões de CO₂ em 2 milhões de toneladas por ano.

Irritado com declarações do presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Carlos von Doellinger, que defendeu a desindustrialização do País e a priorização de setores com vantagens competitivas, como agronegócio e mineração, Moraes sugere que “esses acadêmicos deveriam parar de olhar slides e visitar fábricas para verem a indústria 4.0 que adotamos, nossa engenharia, as pistas de testes e os empregos de qualidade que geramos”.

Num exercício sobre quais seriam os impactos de um fechamento completo do parque da indústria automotiva, Moraes afirma que, se o País tivesse de importar 3 milhões de veículos por ano (volume de vendas antes da pandemia), haveria um déficit comercial de US\$ 60 bilhões a US\$ 80 bilhões que reverteria o superávit da balança comercial brasileira, de US\$ 51 bilhões em 2020. “Em cinco ou seis anos toda a reserva internacional do País seria consumida.”/ COLABOROU EDUARDO LAGUNA

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 05/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: 'Se for preciso, vamos renegociar mais créditos. Não tem problema nenhum'

O ESTADO DE S. PAULO

SEXTA-FEIRA, 5 DE FEVEREIRO DE 2021 | Economia | B7

Negócios

ENTREVISTA

Octavio de Lazari, presidente do Bradesco

'Se for preciso, vamos renegociar mais créditos. Não tem problema nenhum'

Bancos já se preparam para eventual nova onda de extensão de prazos caso pandemia de covid se agrave, diz executivo

Aline Bronzati
André Italo Rocha

O agravamento da pandemia de covid-19 no Brasil, com um ritmo de vacinação aquém do esperado, já colocou novamente na mesa dos grandes bancos a necessidade de uma nova rodada de renegociações de dívidas. Bradesco, Itaú, Santander, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil têm conversado a respeito e estão dispostos a uma nova leva de prorrogações caso o País volte a ser obrigado a adotar medidas de isolamento social, afirma o presidente do Bradesco, Octavio de Lazari.

Essa disposição vem da primeira experiência com as curências e renegociações – em que boa parte dos clientes têm honrado os compromissos. Além disso, segundo o executivo, os bancos mantêm conversa frequente com o Banco Central (BC) sobre eventual necessidade do retorno de linhas de crédito voltadas às pequenas e médias empresas.

Prestes a completar três anos à frente do banco, Lazari acaba de entregar lucro trimestral recorde na história do banco. Para frente, vê como desafios a criação de novos ativos no conglomerado. Ele considera o Next pronto para abrir o capital em 2022. A bandeira de cartões Elo, da qual é sócio com o BB e a Caixa, seguirá esse caminho já neste semestre.

Leia, abaixo, os principais trechos da entrevista:

● **O sr. demonstra otimismo com a aprovação das reformas estruturais. De onde vem o otimismo?** Não é otimismo, é pragmatismo. As reformas estão na boca do povo e em discussão na Câ-



IPOs à vista. Lazari prevê abertura de capital da bandeira Elo ainda neste semestre e a do banco digital Next, em dois anos

● **Movimento de reformas**
"A reforma tributária destrava um monte de problemas (da economia brasileira). Não chamo nem de reforma porque não dá para fazer na extensão ideal. Não dá para dar um cavalo de pau nisso, a dívida fiscal é grande. A simplificação tributária ajudaria muito. Depois, (a segunda prioridade) seria a reforma administrativa."

mara e no Senado. O Arthur Lira (novo presidente da Câmara) e o Rodrigo Pacheco (novo presidente do Senado) têm de chegar mostrando trabalho – o que vão fazer. Não podemos ficar sem orçamento definitivo, sem teto de gastos, sem simplificação tributária. São pontos cruciais para que a economia melhore. Além disso, as refor-

mas vão andar porque elas serão importantes para o processo eleitoral de 2022.

● **Se o governo tivesse de escolher uma reforma, em qual deveria focar?**

Se for uma só, a simplificação tributária, porque tem impacto direto na criação de empregos e acesso a investimentos externos. A reforma tributária destrava um monte de problemas. Não chamo nem de reforma porque não dá para fazer na extensão ideal. Não dá para dar um cavalo de pau nisso, a dívida fiscal é grande. A simplificação tributária ajudaria muito. Depois, seria a reforma administrativa.

● **O sr. acredita que existe espaço e capital político para a privatização da Eletrobras?** Tem espaço e capital político. A privatização da Eletrobras é absolutamente necessária, e o Wilson (Ferreira Júnior, ex-pre-

sidente da companhia, que renunciou) já deixou praticamente pronta. Houve a eleição na Câmara e no Senado. Tem quem goste e tem quem não goste (dos resultados), mas foi pelo voto democrático e temos de seguir com a agenda (de privatizações).

● **Em 2020, os bancos se aproximaram do governo Bolsonaro em torno do crédito. Como ficou essa agenda?**

A agenda com o Banco Central continua. Todo mês temos reuniões com o presidente do BC, Roberto Campos Neto, para falar sobre cenário econômico e medidas que podem ser feitas. Pode ser que voltem algumas linhas, como a da pequena e microempresa e a FGI – para médias empresas. Se vierem, ótimo, vamos distribuir. Mas, se não vierem, os bancos estão bem capitalizados, têm liquidez e têm espaço para crescer com linhas próprias, com tu-

mas mais atraentes e, principalmente, prazo (de liberação), que é o mais importante.

● **Com as novas restrições em razão da pandemia, como ficam as renegociações de dívidas?**

As renegociações com as empresas tinham carência de seis meses a um ano, então para muitas a primeira parcela não começou a vencer. Não houve demanda em relação a isso. Mas, se eventualmente houver uma necessidade, em razão do lockdown, mesmo que parcial, vamos fazer. Não tem problema nenhum. Quando as prorrogações começaram, ficamos muito preocupados, mas agora vemos com muita clareza: 92% das operações prorrogadas estão sendo pagas em dia, a inadimplência dessas operações só representa 0,6% da inadimplência do banco. Dos quase R\$ 80 bilhões que fizemos em prorrogações, R\$ 42 bilhões já entraram em condição nor-

Frigorífico
Fundador da Marfrig compra R\$ 1 bi em ações da empresa. Pág. B8

mal, com empresas pagando sem atraso. Se houver extensão de lockdown, com agravamento da pandemia, vamos dar mais condições para as empresas pagarem e recuperarem faturamento em um momento de maior dificuldade.

● **Como o sr. vê a alta da inflação e a influência dos preços sobre os juros?**

Mesmo que haja aumento da taxa de juros, poderá ser de 2% para 3% ou 4%. Não vamos de 2% para 20%, como no passado. Será muito mais palatável. Não me parece que seja problema que possa travar o crescimento do crédito.

● **Como está o andamento da revisão de negócios de pagamentos em sociedade com o BB?**

As conversas estão hiperadiantadas. Com relação à Elo, existe convicção de abrir o capital neste semestre. Das outras, todas estão sendo rentáveis. Não tem problema nenhum.

● **E a Cielo?**

A gente continua conversando para a melhor coisa para a Cielo, que conseguiu reagir. O último trimestre melhorou bem. Adquirência é um negócio extremamente importante. Não dá para terceirizar esse negócio para nossas corporações dando o tamanho que a gente tem.

● **Por que o sr. prevê o IPO do Next só daqui a dois anos?**

Pode até acontecer antes. A gente tem de colocar no Next a escala necessária para que ele possa ir para um IPO vitorioso. Isso, em um mundo de banco digital, significa ter muitas contas. O primeiro ponto era fazer a separação total do Next, não ter nenhuma dependência financeira. Isso já foi feito. O segundo ponto era que não tivesse nenhuma dependência sistêmica do banco – isso foi feito em novembro. Hoje, ele tem vida própria. E agora é crescer o número de clientes para poder abrir capital.

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 05/02/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 1/3
Título: Fim do auxílio afeta vendas de supermercados

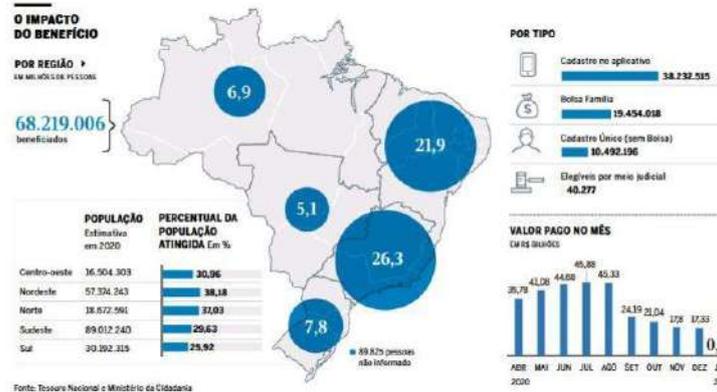
Continuu de 1

Fim do auxílio afeta vendas de supermercados

Supermercados têm freio nas vendas, e poupança registra saque recorde

LETYCIA CARDOSO, CAROLINA NALIN E GABRIEL SHINOHARA economia@oglobo.com.br

O fim do pagamento do auxílio emergencial já afetou as vendas de supermercados e lojas de material de construção em janeiro e influenciou um saque recorde de recursos da caderneta de poupança. Inicia doem abril, o benefício destinado a trabalhadores informais e desempregados para aliviar os efeitos da pandemia na renda injetou mais de R\$ 290 bilhões na economia. Analistas preveem um primeiro trimestre de queda no varejo e freio na atividade econômica do país com o fim dos pagamentos.



No mês passado, os saques na caderneta de poupança superaram os depósitos em R\$ 18,2 bilhões. Janeiro costuma ser um mês de resgates na poupança, para pagar as despesas de início do ano como IPVA e IPTU. Mas este ano a perda foi recorde, a maior já registrada desde 1995, quando teve início a série histórica, como reflexo do fim do auxílio.

— Devemos ter um trimestre fraco, até mesmo com quedas nas vendas. Além da falta de auxílio, temos um cenário de inflação alta, regressão na reabertura do comércio em algumas cidades e um alto número de desempregados — diz o economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Fábio Bentes

Ele acrescenta que o cancelamento do carnaval deve agravar o cenário:

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 05/02/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 2/3
Título: Fim do auxílio afeta vendas de supermercados

— O carnaval do ano passado movimentou cerca de R\$ 8 bilhões. Este ano, teremos um pequeno movimento de turismo nacional, mas não teremos turistas estrangeiros vindo para cá, nem brasileiros indo para fora e gastando em agências de viagem. Vamos notar um menor consumo de bebidas e outros produtos vendidos nesta época, além de redução no comércio de fantasias.

IMPACTO NA INDÚSTRIA

Os supermercados tentam driblar o freio nas vendas em negociações com fornecedores. Mas também a indústria já sente o impacto. Ao divulgar seu balanço anual de 2020, a Unilever, multinacional de higiene, limpeza e alimentos, informou ontem que seu resultado foi afetado no quarto trimestre pela queda do auxílio. Com a redução à metade do benefício pago aos traba-

lhadores a partir de setembro, o volume de recursos injetados pelo programa na economia, que chegou a superar R\$ 45 bilhões mensais em julho e agosto, caiu para R\$ 17 bilhões em dezembro.

— Sem o auxílio, a melhor estratégia é ampliar o sortimento de produtos. Se o arroz está mais caro, temos que ter bom sortimento de macarrão, por exemplo — comenta Fábio Queiroz, presidente da Associação de Supermercados do Estado do Rio de Janeiro (Asserj).

A rede de supermercados Princesa prevê impacto a longo prazo deste mês. Na atacadista Assaí, a expectativa é que as compras no atacado passem a ser mais buscadas por quem tenta economizar e, por isso, a marca mantém seu plano de expansão, que prevê inaugurar até 28 lojas no país.

Entre os distribuidores, há avaliação de que seus clientes, no caso as redes varejistas, estão mais apreensivos.

— Sentimos um pouco de impacto em janeiro, apesar de não ser tão claro em função das férias coletivas que a indústria costuma dar. Há uma preocupação das empresas em fazer caixa para um próximo momento emergencial que possamos vivenciar por conta da pandemia — resume Leonardo Miguel Severini, presidente da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (Abad).

No Mercado Municipal Cadeg, no Rio, as vendas em janeiro foram menores em relação ao mesmo período de 2020, antes da pandemia. Para frear as perdas, os lojistas vão investir em festivais temáticos e promoções de acordo com as datas comemorativas, afirma o diretor social do Cadeg, An-

dré Lobo.

No supermercado SuperPrix, após picos de vendas em itens como arroz, feijão, ovos e café no ano passado, a demanda agora está normalizada. Dessa forma, a rede instituiu um calendário de promoções por dia da semana para tentar manter o ritmo de vendas.

MENOS QUEIJOS E LEITE EM PÓ

A mudança nos produtos mais comprados nos mercados já é sentida na Bolsa de Gêneros Alimentícios, fornecedora do setor. Segundo o presidente da entidade, Marlon Vaz, desde outubro houve redução de 40% no comércio de leite em pó e queijos:

— Com o fim do auxílio, o setor acredita que o consumidor dará preferência por comprar produtos mais essenciais,

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 05/02/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 3/3
Título: Fim do auxílio afeta vendas de supermercados

como arroz e feijão.

No setor de construção, o impacto já foi sentido desde o fim do ano passado, com a redução do valor do auxílio. O segmento, que cresceu 11% em 2020, espera uma alta de 2% a 5% em 2021.

— Ninguém começa obra e reforma com incerteza e insegurança — comenta Waldir Abreu, superintendente da Ana maco, que reúne varejistas de material de construção.

Somente no estado de São Paulo, o auxílio emergencial foi responsável por 5% das vendas do varejo no último trimestre do ano, que totalizaram R\$ 7,5 bilhões, segundo a Fecomércio-SP. Guilherme Dietze, assessor econômico da entidade, diz que o benefício transformou uma queda esperada de 3% em alta de 2% no ano.



Freio no varejo. A rede Princesa prevê impacto do fim do auxílio este mês

Ele avalia que a poupança feita pelos consumidores durante o período de isolamento é o que continuará a sustentar o comércio neste início de ano. Em sua opinião, o gasto das famílias de renda mais alta deve possibilitar a manutenção do consumo até maio ou junho, mas não impedirá prejuízos como o fechamento de lojas.

A perda recorde na caderneta de poupança em janeiro refletiu, além da renda menor de muitos brasileiros por causa do fim do auxílio, outro efeito colateral do término do benefício. Ao longo de 2020, a captação da poupança foi recorde, chegando a R\$ 166,3 milhões, influenciada pelo fato de que, em muitos casos, os pagamentos do auxílio foram feitos pela Caixa por meio de contas-poupança.

— Grande parte desse movimento é devido a janeiro ser um mês de gastos, IPVA e IPTU, e tem muita gente desempregada. Isso colaborou com essa saída líquida — afirma Sandro aBlanco, estrategista chefe da Órama.



Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 05/02/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 1/2
Título: Guedes admite recriar auxílio emergencial, com ajuste nas contas

Guedes admite recriar auxílio emergencial, com ajuste nas contas

Novos presidentes da Câmara e do Senado estabelecem cronograma e preveem aprovar reforma tributária em 8 meses

12 JULIA LINDNER E MANOEL VENTURA/economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, admitiu ontem recriar o auxílio emergencial, desde que isso seja feito "dentro de um novo marco fiscal", com medidas de ajuste nas contas públicas. Após se reunir como presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), Guedes disse que metade dos beneficiários do auxílio no ano passado já está no Bolsa Família. Para a outra metade, o governo está "focalizando" a ajuda, afirmou:



Definição. Pacheco disse que ainda será preciso estabelecer em qual Casa a reforma tributária começará a tramitar

— Já está no Orçamento o retorno ao Bolsa Família de um grupo. O outro grupo, que é dos invisíveis, nós estamos agora focalizando a ajuda. É possível, desde que seja dentro de um novo marco fiscal, robusto o suficiente para enfrentar eventuais desequilíbrios.

O ministro disse ser possível atender "algumas coisas", desde que o Congresso segure gastos:

— Podemos atender algumas coisas travando outras. Esse é o objetivo da nossa conversa. De manter a garantia da estabilidade fiscal.

Sem responder a perguntas de jornalistas, Guedes ressaltou diversas vezes a necessidade de equilibrar as contas públicas:

— A pandemia nos atacando de novo,

nós temos o protocolo e vamos seguir o protocolo. Se o Congresso aciona o estado de emergência ou de calamidade pública, temos condições de reagir à crise. É muito importante que seja num quadro de recuperação das finanças — disse.

SEM PROTAGONISMO

Mais cedo, Pacheco havia se reunido com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PPAL). Eles definiram um cronograma para a tramitação da reforma tributária no qual preveem a aprovação definitiva do texto entre agosto e outubro deste ano. Após reunião realizada na manhã de ontem, os chefes do Legislativo acertaram que o relatório da comissão mista, em elaboração pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), também presente no encontro, deve ser apresentado e apreciado até o fim de fevereiro no colegiado. Foi depois

dessa reunião que Lira e Pacheco se encontraram com Guedes, que se disse "esperançoso" com o avanço da agenda de reformas.

— Estou parabenizando o presidente da Câmara, o deputado Arthur Lira. Foi uma vitória expressiva, importante, que nos deixa esperançosos e confiantes na retomada da agenda de reformas — disse Guedes, após receber o deputado.

Em conversa com jornalistas, Pacheco disse que a reforma tributária é "complexa" e tem que ser "muito assertiva para não prejudicar setores e estados". Ele ponderou que o mérito da reforma não foi abordado no encontro de ontem, apenas o rito. O presidente do Senado também afirmou que ainda será preciso estabelecer em qual Casa a proposta começará a tramitar após passar pela comissão mista:

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 05/02/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 2/2
Título: Guedes admite recriar auxílio emergencial, com ajuste nas contas

— É um amadurecimento que nós vamos fazer no decorrer de fevereiro, juntamente com o presidente Arthur Lira, etemo suma previsão de que em desejis a oito meses nós possamos ter concluído a reforma tributária no Congresso Nacional, tanto no âmbito do Senado, quanto no âmbito da Câmara dos Deputados.

Lira disse, na sequência, que a origem da tramitação é um "detalhe desimportante" e que sua única preocupação é entregar as reformas:

— Não vai haver briga por protagonismo entre Câmara e Senado com relação a essas reformas. Elas (reformas) têm que andar, constitucionalmente, nas duas Casas, e pouco importará e começará em uma ou se findará em outra.

O presidente da Câmara também disse

que a reforma administrativa será tratada "com rapidez" na Casa, enquanto o Senado ficará encarregado de conduzir a proposta de emenda à Constituição (PEC) Emergencial. O intuito, afirmou, é que as matérias possam "andar muito rapidamente" nas duas Casas.

ANTECIPAÇÃO DO 13º

Durante a reunião, eles definiram ainda que a Comissão Mista de Orçamento (CMO) — responsável por analisar a proposta de lei orçamentária — deve ser instalada na próxima terça-feira, mas a data ainda depende de um entendimento com os líderes. Algumas horas depois do encontro, em rede social, Lira garantiu a instalação na próxima semana: "Iremos instalar a CMO na próxima terça-feira. Precisamos aprovar urgentemente o Orçamento. O Brasil precisa do Orçamento para combater a pandemia."

No encontro à noite, Guedes disse que a vitória de Lira na disputa pela presidência da Câmara deixa o governo "esperançoso e confiante" com a agenda de reformas. O ministro também confirmou a antecipação do 13º de beneficiários do INSS:

— Se a pandemia nos ameaçar, nós sabemos como reagir. E vamos retomar as reformas ao mesmo tempo, pois saúde e economia andam juntas.

Já Lira disse que a autonomia do Banco Central será votada na próxima semana:

— A sequência de matérias será o Pacto Federativo, os fundos e a PEC Emergencial, no Senado. E, na Câmara, a reforma administrativa.



Clippings

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Ca t	Pg s.	Centim./Minut.	Valor Editori al
04/02/21	Portal Acontece RN	Site	Mossoró	RN	Presidente Marcelo Queiroz apresenta trabalho desenvolvido pelo Sistema Fecomércio RN à nova gestão de Macaíba	Positivo	Matéria		B			
04/02/21	Senadinho Macaíba	Site		RN	Presidente Marcelo Queiroz apresenta trabalho desenvolvido pelo Sistema Fecomércio RN à nova gestão de Macaíba	Positivo	Matéria		B			
04/02/21	Blog do FM	Blog		RN	Presidente Marcelo Queiroz apresenta trabalho desenvolvido pelo Sistema Fecomércio RN à nova gestão de Macaíba	Positivo	Matéria		B			
04/02/21	TRIBUNA DE NOTÍCIAS	Site			Presidente Marcelo Queiroz apresenta trabalho desenvolvido pelo Sistema Fecomércio RN à nova gestão de Macaíba	Positivo	Matéria		B			
04/02/21	TRIBUNA DE NOTÍCIAS	Site			Governo discute regulamentação para a Lei Geral da Micro e	Positivo	Matéria		B			

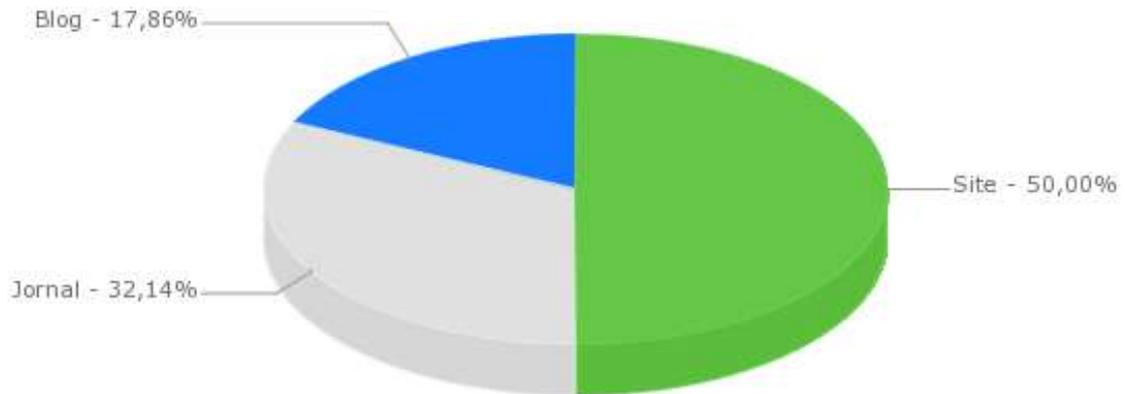
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					Pequena Empresa							
04/02/21	Senadinho Macaíba	Site		RN	Setor produtivo discute Lei Geral da Micro e Pequena Empresa com Governadora Fátima Bezerra	Positivo	Matéria		B			
04/02/21	Política em Foco	Blog		RN	Governo discute regulamentação para a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa	Positivo	Matéria		B			
04/02/21	Marcos Dantas	Blog		RN	Governo discute regulamentação para a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa	Positivo	Matéria		B			
04/02/21	Blog de Assis	Blog	João Câmara	RN	FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ Governo discute regulamentação para a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa Notícias - 03/02/2021	Positivo	Matéria		B			
04/02/21	Mossoró Hoje	Site	Mossoró	RN	Governo discute regulamentação para a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa	Positivo	Matéria		B			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
04/02/21	Rede News 360	Site		RN	Governo discute regulamentação para a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa	Positivo	Matéria		B			
04/02/21	Fator Rh	Blog	Natal	RN	Federação esclarece como será o funcionamento do comércio durante o carnaval	Positivo	Matéria		B			
04/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Ao contrário de outros estados, RN não cogita fechamento de atividades comerciais	Neutro	Matéria		A			
04/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Trabalhando não pode ser demitido por se recusar a tomar vacina, diz advogada	Neutro	Matéria		A			
04/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Caern abre campanha de negociação de débitos de 2021	Neutro	Matéria		A			
05/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Hotel Tambaú é comprado pelo grupo A.Gaspar por R\$ 40,6 milhões e terá a marca 'Ocean Palace'	Neutro	Matéria		A			
05/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Auxílio acaba e poupança registra saque recorde de	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					R\$ 18,154 bilhões							
05/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Lojas no Rio Grande do Norte deverão abrir durante o carnaval para reduzir prejuízos	Positivo	Matéria		A			
05/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	As dicas de Jeanine Pires	Neutro	Matéria		A			
05/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Brasil deve R\$ 10,1 bi a organismos mundiais, mas só reserva R\$ 2,2 bi	Neutro	Matéria		A			
05/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Novo comando do Congresso quer aprovar reforma tributária	Neutro	Matéria		A			
05/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Bancos fecham mais de 1.500 agências e pontos de atendimento em 2020	Neutro	Matéria		A			
05/02/21	Estadão	Jornal		DF	Tributária sai em até 8 meses, dizem Lira e Pacheco	Neutro	Matéria		A			
05/02/21	Estadão	Jornal		DF	Estados querem uma reforma ampla e que inclua também ICMS	Neutro	Matéria		A			
05/02/21	Estadão	Jornal		DF	Produção de carros aumenta,	Neutro	Matéria		A			

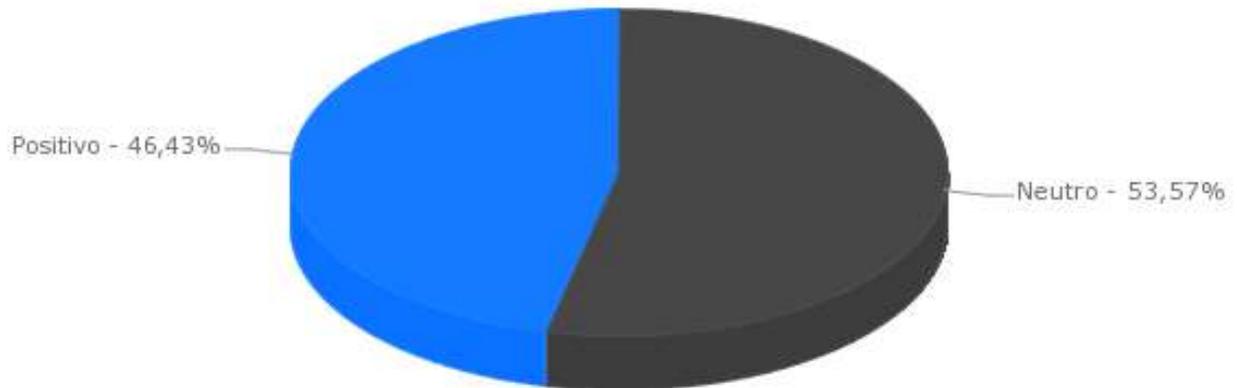
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					mas setor vê movimento com cautela							
05/02/21	Estadão	Jornal		DF	'Se for preciso, vamos renegociar mais créditos. Não tem problema nenhum'	Neutro	Matéria		A			
05/02/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Fim do auxílio afeta vendas de supermercados	Neutro	Matéria		A			
05/02/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Guedes admite recriar auxílio emergencial, com ajuste nas contas	Neutro	Matéria		A			
Qtde.: 28												

Clippings por Tipo de Mídia



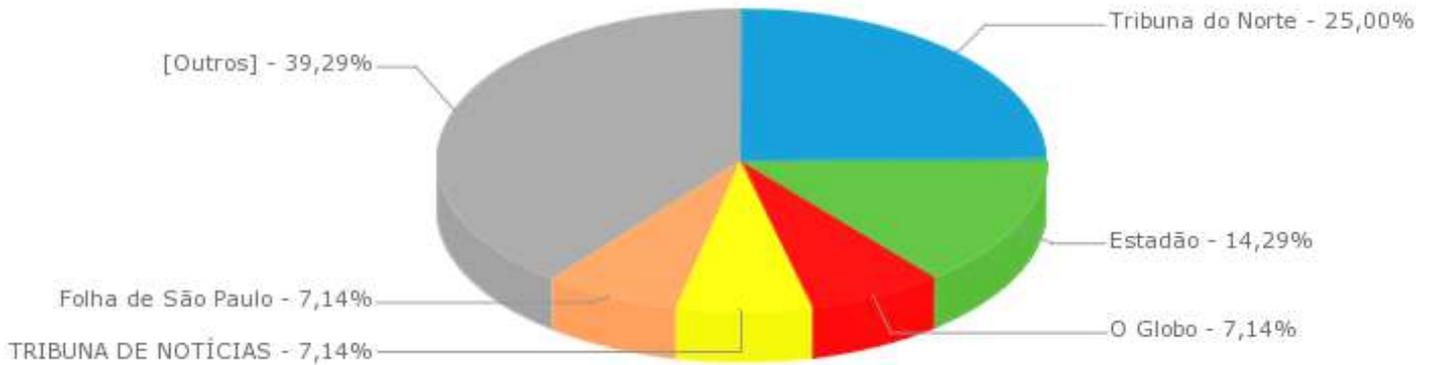
Tipo de Mídia	Qtde.	%
Site	14	50,00 %
Jornal	9	32,14 %
Blog	5	17,86 %
		Total: 28

Clippings por Impacto



Impacto	Qtde.	%
Neutro	15	53,57 %
Positivo	13	46,43 %
		Total: 28

Clippings por Veículo



Veículo	Tipo de Mídia	Qtde.	%
Tribuna do Norte	Site	7	25,00 %
Estadão	Jornal	4	14,29 %
O Globo	Jornal	2	7,14 %
TRIBUNA DE NOTÍCIAS	Site	2	7,14 %
Folha de São Paulo	Jornal	2	7,14 %
Senadinho Macaíba	Site	2	7,14 %
Blog de Assis	Blog	1	3,57 %
Fator Rrh	Blog	1	3,57 %
Portal Acontece RN	Site	1	3,57 %
Mossoró Hoje	Site	1	3,57 %
Blog do FM	Blog	1	3,57 %
Folha de São Paulo	Jornal	1	3,57 %
Marcos Dantas	Blog	1	3,57 %
Política em Foco	Blog	1	3,57 %
Rede News 360	Site	1	3,57 %
Total:			28